



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

A **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIA GÁS**, sociedade de economia mista, torna público, através do Presidente do Comitê Permanente de Licitação, designado pela Portaria No. 010/2024, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 23 de março de 2024, que fará realizar a seguinte Licitação:

- **NÚMERO:** 0008/2026
- **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 0156/2026
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO.
- **REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- **REGÊNCIA:** Regulamento de Licitações e Contratos da BAHIA GÁS. Lei 13.303/16. Decretos Estaduais Nºs 18.470/2018 e 18.471/2018, de 29 de junho de 2018, Lei Complementar 123/2006.
- **MODO DE DISPUTA:** Fechado Eletrônico
- **LOCAL E DATA LIMITE PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO, ENVELOPES/ARQUIVOS ELETRÔNICOS DE PROPOSTA TÉCNICA, DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

Local: Sede da Bahiagás - Avenida Prof. Magalhães Neto, 1838, Edf. Civil Business. Pituba, Salvador, BA. CEP: 41.810-012.

Data do certame: 14 de maio de 2026

Hora: 10:00

1 – OBJETO, VALOR E FONTE DE RECURSOS:

1.1 - O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ATINENTES À CONSULTORIA JURÍDICA E A DEFESA DOS INTERESSES DA COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, EM PROCESSOS JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS, EM TODAS AS INSTÂNCIAS, NAS ÁREAS CÍVEL, CONSUMERISTA, AMBIENTAL, EMPRESARIAL, PENAL E DEMANDAS DE ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS CORRELATOS, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2 - Para a execução dos serviços, a BAHIA GÁS estabeleceu o valor de **R\$ 616.879,80 (seiscentos e dezesseis mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)**, o qual representará o valor do contrato a ser celebrado entre a BAHIA GÁS e o licitante vencedor do certame.

1.3 - Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução dos serviços estão devidamente equacionados e assegurados pela BAHIA GÁS.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

2 – EXAME E/OU OBTENÇÃO DO EDITAL

2.1 - O Edital estará disponível no “site” **www.bahiagas.com.br**.

2.1.1 - Os interessados deverão preencher o “*Comprovante de Retirada do Edital*” (**ANEXO A**), e enviá-lo ao Comitê, através do e-mail **licitacao@bahiagas.com.br**, com vistas a possíveis contatos.

3 – ADITAMENTOS E/OU ESCLARECIMENTOS

3.1 – A empresa interessada é responsável pela verificação e identificação de todos os documentos que integram este Edital. Caso encontre discrepâncias ou omissões nestes documentos, ou ainda julgar necessário quaisquer esclarecimentos adicionais, deverá dirigir-se a BAHAGÁS, via o e-mail **licitacao@bahiagas.com.br**.

3.1.1 - As solicitações de esclarecimentos deverão ser apresentadas até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a data fixada para abertura desta Licitação de forma a permitir que a Administração, diante da complexidade do objeto e da própria solicitação, possa respondê-las em tempo hábil.

3.1.2 - Quaisquer questionamentos encaminhados após o prazo estabelecido no subitem acima poderão ou não ser considerados, ficando a exclusivo critério do Comitê de Licitação.

3.1.3 - A solicitação de informações por parte da empresa interessada não acarretará prorrogação da data de realização da licitação.

3.2 - Os esclarecimentos prestados a qualquer dos interessados serão disponibilizados no “site” referido no subitem 2.1, através de Ofício Circular, sem identificação da origem do questionamento, ficando a cargo das empresas interessadas a consulta e acompanhamento das divulgações.

3.2.1 – Ultrapassada a fase de esclarecimentos, a continuidade da participação da empresa interessada implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, pressupondo-se que os documentos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo, em nenhuma hipótese, direito a qualquer reivindicação posterior com base em alegações de imperfeições, omissões ou falhas nos referidos elementos.

3.2.2 – No caso de eventual divergência entre o presente Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital.

3.3 - A BAHAGÁS poderá emitir Aditamentos e/ou Esclarecimentos aos documentos que integram este Edital, para revisar e/ou modificar quaisquer de suas partes, observando o parágrafo único do Artigo 39 da Lei nº 13.303/16 e demais alterações posteriores.

3.4 - Os Esclarecimentos serão numerados cronologicamente e passam a integrar o Edital.

Obs.: É de inteira responsabilidade do Licitante acompanhar todos os atos e comunicados, referentes a este processo licitatório, sejam eles publicados no DOE/BA e/ou divulgados na internet, no endereço eletrônico: **www.bahiagas.com.br**.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar da presente Licitação as empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no país, legalmente constituídas e estabelecidas, que atendam às condições exigidas neste Edital, sendo vedada a participação em Consórcio.

4.2 - É vedada a participação na Licitação, individualmente de empresas coligadas, controladas, controladoras ou, direta ou indiretamente, sob controle comum. Igualmente é vedada a participação de empresas que, na data de sua abertura, apresentem quaisquer das seguintes situações:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da BAHIAGÁS;

II - suspensão pela BAHIAGÁS;

III - declarada inidônea ou impedida de contratar pela União ou pelo Estado da Bahia, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores;

VI - constituída por sócio ou cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - em débito com o sistema da seguridade social, admitindo-se Certidão fiscal Positiva com efeitos de negativa como prova da regularidade; e

IX - enquadre-se em outra situação impeditiva prevista em política ou programa de integridade da BAHIAGÁS.

4.3 Aplicam-se as vedações previstas no item 4.2:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente da BAHIAGÁS, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da BAHIAGÁS;

b) empregado da BAHIAGÁS cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; ou

c) autoridade do Estado da Bahia, assim entendido aqueles que exercem cargos políticos, bem como secretários de estado, diretores, superintendentes ou presidentes de órgãos ou entidades da administração pública, direta e indireta, do Estado da Bahia;

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a BAHIAGÁS há menos de 6 (seis) meses.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

4.4 - A participação na presente licitação implica e fará prova de que o licitante:

I - Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital e seus anexos, com aceitação integral e irretratável de todos os seus termos, cláusulas e condições, submetendo-se às condições nele estabelecidas;

II - Não tem dúvidas sobre quaisquer documentos que compõem o Edital, não podendo alegar posterior desconhecimento ou falta de recebimento de quaisquer das partes que o integram;

III - Tem conhecimento da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se em não praticar qualquer dos atos lesivos à Administração Pública elencados no Art.5º, seus incisos e alíneas, seja durante o certame licitatório, seja no decorrer da execução do Contrato. Declara, ainda, para os devidos fins, estar ciente das penalidades previstas na referida legislação;

IV - Tem conhecimento do Decreto Estadual Nº 16761 de 07/06/2016 e de que a empresa vencedora deve atender ao quanto previsto no art. 429 do Decreto Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943, no que se refere à exigência de ter aprendizes no quadro de pessoal da empresa, utilizando, preferencialmente, os estudantes indicados nos incisos I, II e III do caput do art. 19 deste decreto, que compõem o banco de dados mantido pelo SINEBAHIA; e,

V - Considerou que o Edital e seus anexos referentes a esta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

5 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1 - Este procedimento licitatório será realizado em sessão pública **remota**.

5.2 - As empresas interessadas em participar do certame em epigrafe deverão encaminhar para o e-mail licitacao@bahiaogas.com.br os seguintes arquivos eletrônicos, contendo as respectivas documentações, discriminados da seguinte forma: **a)** Credenciamento, **b)** Envelope 01 – “Proposta Técnica”, **c)** Envelope 02 – “Proposta de Preços” e **d)** Envelope 03 – “Documentos para Habilitação”, em atenção ao Presidente do Comitê de Licitação, até as **08:00h do dia 14 de maio de 2026**.

5.3 - As sessões serão realizadas *online*, com acesso através de link a ser disponibilizado por Ofício Circular, onde os licitantes poderão interagir com o Coordenador da Licitação.

5.4 - O único representante a ser credenciado para a prática de atos deverá ser aquele que poderá interagir virtualmente na sessão. A ausência de preposto na sessão pública virtual importará em renúncia dos atos negociais e o que ocorrer.

5.5 – O documento de credenciamento de acordo com o “Modelo de Carta de Credenciamento” (**Anexo B**), deverá ser enviado em arquivo eletrônico separadamente dos arquivos eletrônicos denominados - Envelope 01 – “Proposta Técnica”, Envelope 02 – “Proposta de Preços” e Envelope 03 – “Documentos para Habilitação”, contendo o Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente. A carta de credenciamento pode ser substituída por documento que o identifique como representante do licitante, de acordo com uma das seguintes formas:



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

5.5.1 - Sendo procurador legalmente constituído para tal fim, deverá apresentar instrumento público de procuração ou instrumento particular, com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia da cédula de identidade ou outro documento de identificação pessoal de fé pública, além de documento comprobatório de uso da firma da sociedade pelo subscritor da procuração.

5.5.2 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da Empresa licitante, deverá apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação pessoal de fé pública, acompanhada da cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

5.6 - A ausência do documento de credenciamento ou sua incorreção não excluirá o licitante do certame, porém impedirá o representante de manifestar-se ou praticar qualquer ato inerente à Licitação.

5.7 - Não será admitida a participação de uma mesma pessoa física, ainda que credenciada, como representante de mais de um licitante.

5.8 - A Carta de Credenciamento, deverá vir acompanhada da “**Declaração de inexistência de impedimento legal para participar de licitação ou contratar com a Bahiagás**” (ver modelo no **Anexo J**), sob as penalidades cabíveis, devendo a mesma ser apresentada por ocasião do credenciamento.

5.10 – Não se aplica.

6 – VISITA TÉCNICA - Não se aplica.

7 - PROPOSTA TÉCNICA

7.1 - No local, data e hora estabelecidos, os documentos de proposta técnica devem estar em poder do Comitê.

7.2 - Comprovação da capacidade técnica através de atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando que tenha executado satisfatoriamente serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação.

7.2.1 - A empresa emitente do atestado deve ser a tomadora dos serviços e o seu ramo de atividade não pode ser correlato ao do licitante.

7.3 - Apresentação do **CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA**, conforme **ANEXO C**, totalmente preenchido pela empresa licitante, com assinatura do seu representante legal, e **acompanhado de todos os atestados, documentos e certificados exigidos para devida comprovação;**

Notas:

- I) O descumprimento em alguma das exigências relacionadas no item 7 desclassificará a Proposta Técnica do licitante.
- II) Caso haja divergência entre a pontuação apresentada pelo licitante no **ANEXO C** e a pontuação considerada pelo Comitê e área técnica, prevalecerá, para efeito de classificação, o cálculo do Comitê.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- III) Não será aceito nenhum documento em cópia sem autenticar, documento fora do prazo de validade ou simples protocolo de entrega. Fica dispensada a autenticação apenas dos documentos que poderão ter sua autenticidade confirmada através da internet, obrigatoriamente, pelo Comitê.
- IV) Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe a desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Comitê.
- V) A empresa CONTRATADA deverá apresentar na fase de contratação e como pré-requisito, toda a documentação necessária para comprovação da qualificação e experiência dos profissionais indicados para a equipe técnica (currículo detalhando as atividades desenvolvidas e os períodos de atuação em cada empresa, registro no respectivo conselho profissional, diploma, etc.).

8 - PROPOSTA DE PREÇOS: (Envelope/arquivo eletrônico nº 02)

8.1 - No local, data e hora estabelecidos, as Proposta de Preço devem estar em poder do Comitê.

8.2 - A documentação da Proposta de Preços, adiante indicada, deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em formulário que contenha a identificação do licitante, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto á expressões técnicas de uso corrente, de forma legível, com todas as suas folhas rubricadas e numeradas em ordem crescente, com data e assinatura na última folha, de quem tenha poderes para esse fim, identificando-se claramente o signatário, e deverá conter:

8.2.1 - “Proposta de Preços” (ver modelo no **Anexo K**) **mencionando o valor do desconto, com no máximo duas casas decimais, expresso em algarismo e por extenso**, o prazo de validade da proposta, o qual não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de apresentação das propostas. A data limite para apresentação da proposta será considerada como data de referência dos preços propostos.

8.2.1.1 - Os preços ofertados deverão absorver e exaurir na totalidade todas as despesas diretas como mão-de-obra direta, equipamentos, materiais, subcontratados etc., e quaisquer outras despesas indiretas como mão-de-obra indireta, ferramentas, EPI, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, e outros componentes da Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), enfim, todos os componentes de custo dos serviços necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e seus anexos, até o recebimento dos serviços.

8.3. A apresentação da proposta resulta na aceitação, por parte do licitante, de todas as condições do Edital, não cabendo nenhuma reivindicação posterior por parte da mesma, com a justificativa de desconhecimento dos termos deste instrumento.

8.4. As especificações dos serviços, quando da sua execução, deverão ser atendidas integralmente.

8.5. Os preços propostos serão definitivos, não serão aceitas, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta, de serviços necessários à execução do instrumento contratual, ou de inexatidão relativamente à quantidade contratada, com o objetivo de alterar o preço proposto.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

8.6. Para a correta elaboração da proposta de preços, o licitante deverá examinar todos os documentos deste Edital, principalmente o descritivo dos serviços especificados no **Anexo I** (Q4 - Memorial Descritivo, da minuta de Contrato).

8.7. Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe a desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Comitê.

8.8. Todos os tributos incidentes na execução dos serviços, objeto desta licitação, são de integral responsabilidade do licitante.

8.9. – Não se aplica.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 - No local, data e hora estabelecidos, os documentos de habilitação devem estar em poder do Comitê.

9.2 - A documentação exigida para a habilitação, deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem crescente e rubricadas pelo representante legal do licitante.

9.3 - O(s) licitante(s) classificado(s), que não atender(em) as condições de habilitação jurídica, Regularidade com o INSS, que não possuir(em) qualificação econômico-financeira e/ou técnica e não apresentarem declaração relativa à Legislação do Menor será(ão) considerado(s) inabilitado(s), sendo convocados, na ordem de classificação, os próximos licitantes até que seja encontrado o que comprove o cumprimento dos referidos requisitos:

9.3.1 - REGULARIDADE COM O INSS E HABILITAÇÃO JURÍDICA.

9.3.1.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, abrangendo, inclusive as contribuições sociais, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

9.3.1.2 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.3.1.3 - Prova de registro ou inscrição em entidade competente, com validade no presente exercício como comprovação de constituição da Sociedade de Advogados na Ordem dos Advogados do Brasil.

9.3.1.4 - Declaração de inexistência de impedimento legal para participar de licitação ou contratar com a Bahiagás” (ver modelo no **Anexo J**), sob as penalidades cabíveis.

Parágrafo Único. Como condição para assinatura do contrato o licitante na condição de vencedor deve apresentar as certidões negativas, ou positiva com efeito de negativa, das Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do INSS, do FGTS e CNDT. Caso as referidas certidões não estejam quites, perante aos respectivos órgãos, poderá a BAHAGÁS revogar este Edital ou chamar o licitante imediatamente melhor classificado, para com ele celebrar o Contrato, desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço devidamente corrigido.

9.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - A qualificação econômica e financeira, destinada a avaliar a capacidade econômico-financeira do Licitante para assumir os compromissos relacionados ao objeto da licitação, será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

9.3.2.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do Licitante, demonstrando que o Grau de Avaliação mínimo será 3 (três), conforme disposto no **ANEXO G – “Qualificação Econômico-Financeira”**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo IGPM, “pro rata tempore”, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta apresentados na forma a seguir, conforme o caso:

- a) **Sociedades Empresárias** → Acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, autenticado pela Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante;
- b) **Sociedade por Ações** → Publicação no Diário Oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede do licitante, e em jornal de grande circulação, editado na localidade em que está situada a sede do licitante, conforme o caput do art. 289 e o parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e comprovação de autenticação pelo Órgão do Registro do Comércio do domicílio ou sede do licitante;
- c) **Sociedades Simples** → Acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

9.3.2.2 - As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, obedecidos os aspectos legais e formais de sua elaboração.

NOTA: A legislação atual permite a entrega do Recibo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), do exercício anterior, até 31 de Julho de cada ano.

9.3.2.3 - Certidão Negativa de falência e concordata / recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias, da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, caso no documento não conste o prazo de validade.

9.3.2.3.1 - Empresas em recuperação judicial poderão participar da presente Licitação, desde que, para tanto, comprovem mediante a apresentação de certidão judicial específica, o seu regular cumprimento.

9.3.2.4 – Comprovação que possui PATRIMÔNIO LÍQUIDO não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta que será apresentada pelo licitante.

9.3.2.4.1 Para efeito de cumprimento do estabelecido no item 9.3.2.4, serão considerados os saldos contratuais do Licitante que porventura possua contrato vigente com a Bahiagás na data de abertura desta licitação para verificação real e objetiva da capacidade financeira da mesma.

9.3.3 - Documentação Relativa à Legislação do Menor

9.3.3.1 - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em atendimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal. Esta “Declaração Sobre Uso de Mão de Obra Infantil” (ver modelo no **Anexo I**) deverá estar contida no envelope/arquivo eletrônico de habilitação.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

9.3.4 - Disposições Gerais de Habilitação

9.3.4.1 – Não se aplica.

9.3.4.1.1 – Não se aplica.

9.3.4.2 - Documentos obtidos por meio de acesso à Internet poderão ser apresentados em impressos, devendo o Comitê, verificar sua autenticidade e validade na página da website do órgão emissor. Ocorrendo discrepância entre a consulta efetuada e os documentos apresentados, prevalecerá a consulta.

9.3.4.3 - O licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a constatação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos e, ainda, quando o Comitê venha a tomar conhecimento de fato anterior ou posterior à abertura deste Edital de Licitação que desabone a idoneidade do licitante, ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste Edital.

9.3.4.4 - A validade das certidões relativas à comprovação da Regularidade Fiscal e da Qualificação Econômico-Financeira corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ou inferior, mediante juntada de norma legal pertinente.

9.3.4.5 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos, bem como não serão recebidos documentos e propostas enviados por e-mail, ressalvados os casos de sanamento de falha facultado pelo Comitê.

9.3.4.6 - Em benefício da ampla competitividade, bem como em observância aos princípios da eficiência, da isonomia, da probidade administrativa, entre outros, poderá o Comitê, na hipótese do licitante não apresentar ou apresentar documentação vencida, e esta seja emitida pela internet, consultar a regularidade do licitante no sítio oficial do órgão emissor da documentação, anexando aos autos do processo licitatório o respectivo comprovante.

10 - PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 - Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes/arquivos eletrônicos serão lavradas atas circunstanciadas onde será registrada a participação de todos os licitantes e demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta Licitação.

10.2 - Abertura da sessão pelo Comitê, no dia, horário e local estabelecidos, em sessão pública remota, para proceder ao credenciamento do representante das empresas, recebimento dos envelopes envelopes/arquivos “01 Proposta Técnica”, “02 – Proposta de Preços” e “03 – Documentação para Habilitação” e verificação da conformidade e da compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do Edital.

10.3 - Recebidos os envelopes/arquivos “01 Proposta Técnica”, “02 – Proposta de Preços” e “03 – Documentação para Habilitação”, contendo as referidas documentações digitalizadas, não será permitida a participação de retardatários nem quaisquer retificações, adendos, acréscimos, supressões ou substituições à documentação de habilitação e às propostas apresentadas.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

10.4 - Serão abertos os envelopes/arquivos eletrônicos contendo as propostas técnicas dos licitantes e feita a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente e a qualidade técnica da proposta para a sua execução;

10.5 - Abertura do Envelope/arquivo eletrônico nº 02 e apreciação da Proposta Comercial dos licitantes, cujas Propostas Técnicas tenham sido julgadas classificadas.

10.6 - Julgamento e classificação das Propostas Comerciais e atribuição dos Índices de Preços, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital.

10.6.1 - As propostas de preços serão classificadas em ordem crescente de vantajosidade, ou seja, da proposta de maior desconto ofertado à de menor desconto ofertado.

10.6.2 - Não haverá etapa de lances nesta Licitação, sendo que cada licitante concorrerá com o valor inicial de sua proposta de Preços.

10.6.4 – Não se aplica.

10.6.5 – Não se aplica.

10.6.6 - Não se aplica.

10.6.7 – Após a etapa de negociação, o licitante deverá realinhar os valores da Planilha de Preços Unitários.

10.7 - Ponderação entre as Notas Técnicas e a Notas de Preços das propostas classificadas e classificação da Nota de Julgamento, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital.

10.8 - Efetuada classificação/ordenação das propostas, segundo critério de julgamento previsto neste Edital, o Comitê procederá à verificação da efetividade da proposta do licitante melhor classificado, ou seja, com **maior desconto**.

10.9 - O Comitê poderá realizar ou propor diligências para aferir a exequibilidade das propostas, ou ainda, para ajustar a proposta apresentada pelo licitante melhor classificado, com vistas a atender plenamente ao orçamento estimado pela BAHIA GÁS, compreendendo, para tanto, a readequação dos valores unitários que deverão ser contemplados iguais ou inferiores aos estimados (PPUO), respeitando sempre o valor global ofertado na etapa de negociação.

10.10 – Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou incorreções formais na proposta, desde que sejam sanáveis e irrelevantes e não prejudiquem o procedimento da licitação e o entendimento dos documentos, e não firam os direitos dos demais licitantes.

10.11 – Encerrada a fase de julgamento das propostas técnicas e de preço o Comitê procederá à abertura do Envelope/arquivo eletrônico 03 – “Documentação para Habilitação”, somente do licitante classificado em primeiro lugar, mantendo-se os envelopes/arquivos eletrônicos dos demais licitantes em posse do Comitê até a divulgação do resultado de julgamento da habilitação e declaração definitiva do vencedor do certame.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

10.12 - Aberto o envelope/arquivo eletrônico 3 - “Documentação para Habilitação”, será procedida à análise e apreciação da documentação de acordo com as exigências estabelecidas no ato convocatório, procedendo-se à habilitação e/ou inabilitação do(s) licitante(s).

10.13 - Se o licitante melhor classificado desatender às exigências de habilitação, o Comitê examinará as documentações de habilitação seguintes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

10.14 - O Comitê poderá interromper a reunião para analisar as documentações ou proceder a diligências ou consultas.

10.15 - Finalizada a fase de habilitação haverá fase recursal única, nos termos do Art. 59, e subsequente, da Lei 13.303/16.

10.16 - Não havendo interposição de recurso ou sendo este julgado em definitivo, será o processo licitatório encaminhado à autoridade competente para apreciação e decisão de adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor e homologação do certame.

Obs.: Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes classificados forem inabilitados, poderá a Administração fixar um prazo de até 08 (oito) dias úteis aos licitantes para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimadas das causas apontadas no ato de desclassificação / inabilitação.

Parágrafo Único. Caso o licitante por qualquer motivo venha a perder as condições de habilitação verificadas nesta fase ou não assine o contrato por qualquer motivo, proceder-se-á como disposto neste artigo, retomando o processo licitatório com a avaliação dos demais licitantes na ordem de classificação, sem prejuízo de possível retomada da fase de negociação com respectivo(s) licitante(s), incluindo eventuais desclassificados, quando indisponíveis classificados aptos a assumir o compromisso, e desde que sejam afastados os motivos da desclassificação.

11 – JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇO

11.1 - Todas as propostas serão analisadas e julgadas com base no critério de julgamento estabelecido neste Edital considerando-se exclusivamente aquelas apresentadas na forma e prazos estabelecidos neste Edital.

11.2 - Caso haja erros ou divergências entre os valores, os mesmos serão retificados na seguinte base: havendo discrepância entre os preços unitários sobre os preços totais, multiplicar-se-á o preço unitário pela quantidade, prevalecendo o preço unitário e corrigindo-se o preço total e o global. Havendo divergência entre o valor em cifras e por extenso, prevalecerá esse último.

11.3 - É de responsabilidade do licitante, a informação de quaisquer alíquotas de impostos. No caso de se constatar omissão da informação das alíquotas de quaisquer dos impostos incidentes, o Comitê considerará que os preços contemplam esses impostos nas alíquotas definidas por lei.

11.4 - Não será considerada efetiva e, por conseguinte, considerada desclassificada aquela proposta de preços que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Descumprir especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- c) Apresentar preços manifestamente inexequíveis;
- d) Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela BAHIA GÁS;
- e) Apresente desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

12 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1 - Quando da abertura dos envelopes/arquivos eletrônicos 03 – “Documentação para Habilitação”, os membros do Comitê procederão à análise dos documentos relativos à habilitação.

12.2 – Caberá ao Comitê, em despacho fundamentado, inabilitar, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, os licitantes sobre os quais houver fato ou circunstância que, anterior ou posteriormente à abertura das propostas, desabone sua habilitação jurídica, qualificação técnica ou qualificação econômico-financeira. A inabilitação não ensejará qualquer indenização ou ressarcimento por parte da BAHIA GÁS.

12.3 - Após a abertura do envelope/arquivos eletrônicos 03 – “Documentação para Habilitação”, será procedida a análise e apreciação da documentação de acordo com as exigências estabelecidas no ato convocatório, procedendo-se à habilitação e/ou inabilitação dos licitantes.

12.3.1 - O Comitê poderá interromper a reunião para analisar a documentação ou proceder a diligências ou consultas.

12.4 - Verificado o atendimento às exigências do Edital, o licitante será declarado habilitado.

12.5 - Divulgado o resultado da habilitação, caso todos os representantes legais dos licitantes estejam presentes à reunião remota e declarem expressamente que não possuem a intenção de recorrer da decisão referente à habilitação, hipótese que necessariamente deverá constar da respectiva ata, a licitação prosseguirá, sem a necessidade de aguardar prazo de recurso.

12.6 - Não ocorrendo a hipótese descrita no subitem anterior procede-se a divulgação do resultado da habilitação na imprensa oficial, aguardando-se o transcurso de prazo legal para interposição de recurso.

12.6.1 - Se interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo legal.

12.7 - O resultado do julgamento da Licitação será divulgado mediante publicação na Imprensa Oficial.

12.8 - Divulgado o resultado da Licitação, se todos os licitantes manifestarem, expressamente, desistência em interpor recursos ou depois de transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou, ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, o Comitê encaminhará o processo para homologação da autoridade superior e adjudicação do objeto desta Licitação.

13 – IMPUGNAÇÃO, RECURSO

13.1 - Dos atos da BAHIA GÁS, decorrentes da aplicação da Lei 13.303/16 cabem impugnações e recursos previstos na mencionada Lei.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

13.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a BAHIA GÁS, qualquer interessado que não apontar até o 5º (quinto) dia útil antes da data fixada para a entrega dos envelopes/arquivos eletrônicos das propostas, as falhas ou irregularidades que viciaram o Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13.3 - Após o julgamento da habilitação, os licitantes poderão interpor recurso contra os atos do Comitê relativos ao julgamento das propostas técnica e de preço, assim como da habilitação.

13.4 - O prazo para apresentação dos recursos, começará no primeiro dia útil seguinte à data de divulgação do julgamento do Licitante vencedor, quando será concedido 05 (cinco) dias úteis para, caso haja interesse, apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes intimados para, se assim o desejarem, apresentarem contrarrazões recursais, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, independentemente de nova intimação.

13.5 - O recurso deverá ser dirigido à Autoridade Superior por intermédio do Promotor Oficial, o qual caberá verificar os requisitos de admissibilidade recursal, podendo promover juízo de reconsideração e proferir decisão substituta ou anular as decisões eivadas de vício.

13.6 - Admitido o recurso, este será submetido, juntamente com as possíveis contrarrazões, à apreciação de qualquer setor técnico da BAHIA GÁS para manifestação quanto aos respectivos aspectos técnicos, assim como da Gerência Jurídica, quanto aos aspectos jurídicos.

13.7 - O acolhimento de recurso importará na reforma ou na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, retomando-se a licitação a partir da fase ou do ato em conformidade com a decisão do Comitê.

13.8 - Havendo provimento do recurso e sendo declarado novo vencedor do certame, abrir-se-á novo prazo recursal, vedada rediscussão de matéria já apreciada ou sobre decisão cujo conteúdo poderia ter sido impugnada em recurso anterior.

13.9 - As razões e contrarrazões recursais, devidamente assinado pelo representante legal do licitante, devem ser apresentadas de forma eletrônica e encaminhadas para o e-mail licitacao@bahiaogas.com.br.

13.10 - Durante o prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais, os autos do processo licitatório estarão sempre franqueados aos licitantes interessados, sendo ônus dos licitantes diligenciarem para análise dos autos ou obtenção de cópias, não sendo motivo para suspensão de prazos o pedido para disponibilização eletrônica de documentos.

14 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1 - A homologação desta Licitação e a adjudicação do seu objeto ao licitante vencedor serão efetuadas pela Diretoria Executiva da BAHIA GÁS e as obrigações daí decorrentes constarão de Contrato a ser firmado com a Empresa vencedora.

15 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

15.1 - As decisões referentes a esta Licitação serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado – DOE.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

16 - ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 - A BAHIA GÁS convocará o licitante vencedor conforme estabelecido no **Art. 75 da Lei 13.303/16** para assinar o Contrato num prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da referida convocação e limitado a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas, salvo eventual prorrogação da validade da proposta ou da convocação, ajustada com o licitante sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na referida lei.

16.1.1 – Na assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor ficará responsável pela substituição/entrega dos documentos de Prova de regularidade para com as respectivas Fazendas Federal / Secretaria da Receita Federal do Brasil (INSS), Estadual e Municipal, Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) e Certidão Negativa de Falência.

16.2 - A não assinatura do Contrato por desistência do licitante vencedor ou por motivo a ele atribuível, importará na aplicação de sanções, tanto no âmbito da BAHIA GÁS, como as legais cabíveis.

16.2.1 - Presume-se a desistência do licitante de celebrar o Contrato quando, esgotado o prazo estipulado no item 16.1, não tenha ocorrido a aposição de assinaturas de seus representantes legais no instrumento formal do Contrato, servindo tal desistência como justificativa suficiente para o cancelamento da adjudicação.

16.3 - O licitante em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor do presente certame licitatório, ou já convidado a assinar o instrumento contratual com a BAHIA GÁS, **perderá sua condição para assinar o aludido Contrato** caso não esteja regular para com as respectivas Fazendas Federal / Secretaria da Receita Federal do Brasil (INSS), Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), perante a Justiça do Trabalho (CNDT) e Certidão Negativa de Falência. Neste caso, a BAHIA GÁS poderá revogar este Edital ou chamar o licitante imediatamente melhor classificado, com ele celebrando o Contrato, desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço devidamente corrigido.

16.4 – Na assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá confirmar, ou se for o caso, reinformar o n. da conta do Banco, onde serão depositados os pagamentos referentes ao aludido Contrato.

16.5 – A critério da BAHIA GÁS, a assinatura do instrumento contratual ocorrerá, preferencialmente, no formato digital, com fundamento na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), caso em que a assinatura deverá ocorrer por meio de certificados digitais expedidos por Autoridade Certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

17 - PENALIDADES

17.1 - Conforme Cláusula de Contrato anexa ao presente Edital.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Fica assegurado à autoridade competente da BAHIA GÁS o direito de, no interesse da Administração Pública, tomar as seguintes providências:



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- a) Revogar esta Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado;
- b) Alterar as condições deste Edital, devendo, se estas afetarem a formulação da Proposta, proceder à nova divulgação, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas; ou,
- c) Adiar justificadamente, a data de abertura dos envelopes/arquivos eletrônicos, promovendo, em consequência, a divulgação da nova data.

18.2 - Simples omissões puramente formais, sanáveis ou desprezíveis observadas na documentação ou nas propostas poderão ser relevadas, desde que não contrariem a legislação vigente, não comprometam a lisura da Licitação, e que não causem prejuízos à BAHIA GÁS e aos licitantes, a juízo do Comitê.

18.3 - O recebimento dos envelopes/arquivos eletrônicos “1 - Proposta de Preços” e “2 – Documentação para Habilitação”, não geram qualquer direito de contratação para a proponente junto à BAHIA GÁS.

18.4 - O Comitê ou Autoridade Superior poderá em qualquer fase desta Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.5 - A BAHIA GÁS não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte do licitante contratado.

18.6 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso.

18.7 - Durante a vigência do Contrato, caso a BAHIA GÁS venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar o **CONTRATADO**, para que o mesmo possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.

18.8 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. Na hipótese de se constatar a imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados pelo licitante, poderá a BAHIA GÁS, a qualquer tempo, desclassificá-lo ou rescindir o Contrato subscrito.

18.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início, e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.9.1. Só se iniciam e vencem os prazos acima referidos em dia de expediente normal na **BAHIA GÁS**.

18.10 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê.

18.11 - O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de sua transcrição.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

19 – ANEXOS AO EDITAL

19.1 - Os documentos relacionados a seguir são parte integrante deste Edital, como anexos:

ANEXO A - COMPROVANTE DE RETIRADA DO EDITAL;

ANEXO B - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO C - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA / CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS / CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA;

ANEXO D - NÃO SE APLICA;

ANEXO E - NÃO SE APLICA;

ANEXO F - NÃO SE APLICA;

ANEXO G - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

ANEXO H - NÃO SE APLICA;

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

ANEXO J - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÃO OU CONTRATAR COM A BAHIA GÁS.

ANEXO K - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO L – NÃO SE APLICA;

ANEXO M – NÃO SE APLICA;

ANEXO N - NÃO SE APLICA;

ANEXO O - NÃO SE APLICA;

ANEXO P - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS DO ORÇAMENTO - PPUO;

ANEXO Q - MINUTA DE CONTRATO E SEUS ANEXOS;

- **ANEXO I** - (Q4 – Memorial Descritivo);
 - **ANEXO I-A** (Relatório Processual);
- **ANEXO II** - (Q7 - Planilha de preços unitários);
- **ANEXO III** - (Q8 - Critérios de Medição dos Serviços);
- **ANEXO IV** - (Q12 - Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde para Contratos);
- **ANEXO V** - (Q15.1 – Termo de Recebimento Provisório de Serviço);
- **ANEXO VI** - (Q15.2 – Termo de Recebimento Definitivo de Serviço);
- **ANEXO VII** - (Q15.3 – Termo de Encerramento do Contrato);
- **ANEXO VIII** - (Q16 – Matriz de risco)
- **ANEXO IX** - (Modelo de Termo de Nomeação de Preposto);

ANEXO R – NÃO SE APLICA.

Salvador/BA, 04 de fevereiro de 2026


Antônio Cesar Conceição Rêgo
Presidente do Comitê Permanente de Licitação



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

ANEXO A

COMPROVANTE DE RETIRADA

Empresa:

CNPJ/MF:

Endereço:

Cidade:.....Estado:

CEP:.....Telefone:

E-mail:

Nome(s) do(s) Representante(s) Legal(is):

.....

Obtivemos da Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS, nesta data, cópia do Edital de Licitação Nr. 0008/2026 e anexos.

Local e data:

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is):

.....



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO B

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO

À
Companhia de Gás da Bahia – BAHIA GÁS

Ref.: **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026**

A Empresa..... com sede na Rua
....., na Cidade de, Estado de.....
....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º, neste ato representada
pelo Sr., portador do RG n.º.....
e do CPF/MF n.º por seu Estatuto Social, CREDENCIA pela
presente o Sr., portador do RG n.º
.....e do CPF/MF n.º, para
representá-la na presente Licitação, promovida pela Companhia de Gás da Bahia -
BAHIA GÁS, com poderes para concordar, desistir, renunciar, transigir, emitir recibos,
assinar Atas e outros documentos, acompanhar todo processo licitatório até o seu final,
tomar ciência de outras propostas do Comitê de Licitação, podendo para tanto, praticar
todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato

Atenciosamente,

Representante(s) Legal(ais) do licitante

Obs.: - Preencher em papel timbrado da Empresa
- Apresentar juntamente com o RG (Cédula de Identidade)
- Documento comprobatório de uso da firma da sociedade pelo subscritor da procuração.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

ANEXO C

ANEXO C - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Pontuação referente à equipe de profissionais designada

O licitante poderá indicar, para fins de pontuação técnica no que diz respeito à equipe de profissionais, até 03 (três) advogados.

Como a qualificação dos profissionais representará diferencial competitivo na licitação, todos os profissionais indicados para a formação da equipe técnica deverão obrigatoriamente participar da equipe que irá executar o objeto do contrato a ser celebrado com a BAHIA GÁS, caso a licitante se sagre vencedora.

Se, por ventura, existir a necessidade de substituição de um ou mais profissionais, a contratada deverá vincular ao contrato um profissional substituto que contenha, ao menos, as mesmas pontuações que o profissional substituído para cada um dos itens de pontuação técnica do edital.

Requisito: Anos de inscrição

Serão pontuados até 5 (cinco) anos completos de inscrição na OAB, por advogado inscrito, a partir do segundo ano de inscrição de cada um deles.

A pontuação máxima será de 15 (quinze) pontos, considerando o número máximo de 05 (cinco) pontos máximos que podem ser obtidos para cada advogado indicado.

Ex. O advogado que possui registro na OAB desde 03 de novembro de 2015 completou seu segundo ano de registro em 03 de novembro de 2017 e possui, para fins de pontuação neste certame, 03 (três) anos completos contados desta segunda data até o dia 03 de novembro de 2020.

Requisito: Anos de atuação específica na área

Serão pontuados até 5 (cinco) anos completos de comprovada atuação nas áreas cível, consumerista, ambiental, empresarial, principais objeto deste certame, por advogado inscrito.

A pontuação máxima será de 15 (quinze) pontos, considerando o número máximo de 05 (cinco) pontos máximos que podem ser obtidos para cada advogado indicado.

A comprovação da atuação se dará por meio da apresentação de cópias de 05 (cinco) peças jurídicas dentre as indicadas nos itens 7.2.1.2, 7.2.1.3 e 7.2.1.4 do Memorial Descritivo (ressalvados os itens 7.2.1.2.11 e 7.2.1.3.6), protocoladas em processos judiciais virtuais, cuja autenticidade possa ser eletronicamente comprovada até a data da publicação do Edital, por ano de atuação, em processos distintos e subscritas pelo advogado indicado como membro da equipe técnica.

Cada peça deve vir catalogada com indicação do número de processo, tribunal, vara, ano e nome do advogado.

Ex. A apresentação de 5 (cinco) peças de recurso de apelação subscritas pelo advogado, protocoladas em processos distintos, todas no ano de 2018, comprovam a atuação específica deste advogado na área objeto da licitação no ano de 2018, fazendo jus a um ponto.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

O ano de atuação, para comprovação deste item, compreenderá o ano-calendário regular.

Ex. A comprovação de atuação no ano de 2019 compreenderá as peças protocoladas entre 1º de janeiro até 31 de dezembro deste ano, independentemente se todos os protocolos ocorreram na mesma data ou mesmo mês.

Os dois primeiros anos de inscrição na OAB, ao contrário do que ocorre no requisito “ano de inscrição”, poderão ser utilizados para fins de comprovação de atuação específica na área.

Serão aceitas somente peças protocoladas em processos relacionados ao objeto da licitação de autos virtuais cuja autenticidade possa ser confirmada eletronicamente.

Peças processuais subscritas por mais de um advogado poderão ser apresentadas, mas somente serão aproveitadas uma única vez.

Ex. Caso dois advogados indicados para a equipe técnica tenham subscrito conjuntamente peças processuais, as mesmas peças não poderão ser aproveitadas por ambos os advogados para fins de pontuação.

Requisito: Especialização técnica na área

Serão pontuados até 8 (oito) certificados de especialização técnica por advogado indicado para a equipe técnica, com limite máximo de 15 pontos totais por advogado e 30 totais para a equipe, considerando as seguintes premissas:

2 (dois) pontos pela comprovação de publicações de artigos científicos ou livros jurídicos nas áreas de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), em autoria ou coautoria, por meio de cópia dos artigos acompanhadas de todas as referências necessárias para comprovação de sua publicação, ou cópia da capa e contracapa dos livros e comprovantes de sua tiragem. Os artigos científicos devem ser classificados no sistema QUALIS da CAPES como A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, enquanto os livros devem ser cadastrados no ISBN ou similar com corpo editorial (por unidade). Serão validados até 5 (cinco) livros ou artigos diferentes;

3 (três) pontos pela comprovação da condição de especialista em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), que se dará por meio de apresentação de declaração e/ou certidão de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu em, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas. Serão validados até 2 (dois) certificados diferentes;

4 (quatro) pontos pela comprovação da condição de Mestre em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), que se dará por meio de apresentação de declaração e/ou certidão de conclusão de curso mestrado emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas;

5 (cinco) pontos pela comprovação da condição de Doutor em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), que se dará por meio de apresentação de declaração e/ou certidão de conclusão de curso doutorado emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

Ex. Se a soma da pontuação dos 03 (três) advogados indicados pelo licitante superar os 30 (trinta) pontos, essa será a pontuação final do licitante.

Caso sejam apresentados mais de 8 (oito) certificados de especialização técnica por advogado, serão considerados os certificados que confirmam aos licitantes a maior pontuação possível no certame, respeitadas as limitações específicas de cada um dos tópicos anteriores e a limitação individual de 15 (quinze) pontos.

Ex. Caso um advogado apresente 3 (três) certificados de especialização em pós-graduação, 6 (seis) comprovações de publicação de artigos e/ou livros e 2 (uma) comprovação de título de Mestre em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), sua pontuação será restrita a 3 (três) certificados de especialização em pós-graduação, 3 (três) comprovações de publicação de artigos e/ou livros e 2 (dois) certificados Mestre em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), conforme limitações específicas de cada item. Contudo, como há limitação total em 15 (quinze) pontos, essa será sua pontuação final, já que a soma dos itens pontuáveis superaria tal marca.

Pontuação referente à sociedade de advogados

Envolverá a comprovação, por parte do licitante, de experiência na execução dos serviços objetos do contrato nas áreas Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), considerando exclusivamente a sua atuação perante empresas estatais e entidades ou órgãos prestadores de serviço público.

A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de atestados emitidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, em nome do escritório de advocacia, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do contrato.

Para fins de pontuação, será considerado o volume mínimo de 250 (duzentos e cinquenta) processos.

A pontuação máxima será de 40 (quarenta) pontos, sendo possível a apresentação de, no máximo, 10 (dez) atestados diferentes, considerando as seguintes premissas de pontuação:

1 (um) ponto para atestado expedido por empresa estatal e/ou ente ou órgão prestador de serviço público, que comprove a execução do escritório de advocacia na gestão de carteira de processos de mesma matéria desta licitação, com até 20% (vinte por cento) do volume de processos a serem substabelecidos, com atuação consultiva e/ou atuação contenciosa, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do contrato.

2 (dois) ponto para atestado expedido por empresa estatal e/ou ente ou órgão prestador de serviço público, que comprove a execução do escritório de advocacia na gestão de carteira de processos de mesma matéria desta licitação, com mais de 20% (vinte por cento) e até 40% (quarenta por cento) do volume de processos a serem substabelecidos, com atuação consultiva e/ou atuação contenciosa, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do contrato.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

3 (três) ponto para atestado expedido por empresa estatal e/ou ente ou órgão prestador de serviço público, que comprove a execução do escritório de advocacia na gestão de carteira de processos de mesma matéria desta licitação, com mais de 40% (quarenta por cento) e até 60% (sessenta por cento) do volume de processos a serem substabelecidos, com atuação consultiva e/ou atuação contenciosa, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do contrato.

4 (quatro) ponto para atestado expedido por empresa estatal e/ou ente ou órgão prestador de serviço público, que comprove a execução do escritório de advocacia na gestão de carteira de processos de mesma matéria desta licitação, com mais de 60% (sessenta por cento) e até 80% (oitenta por cento) do volume de processos a serem substabelecidos, com atuação consultiva e/ou atuação contenciosa, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do contrato.

5 (cinco) ponto para atestado expedido por empresa estatal e/ou ente ou órgão prestador de serviço público, que comprove a execução do escritório de advocacia na gestão de carteira de processos de mesma matéria desta licitação, com mais de 80% (oitenta por cento) do volume de processos a serem substabelecidos, com atuação consultiva e/ou atuação contenciosa, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do contrato.

O atestado que for emitido por empresa estatal prestadora de serviço público receberá a pontuação em dobro.

Todo atestado deverá ser apresentado em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público e/ou privado responsável pela emissão do atestado, constando a descrição dos serviços executados, o nome da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, CNPJ, endereço, o representante legal ou autoridade responsável pela emissão, com o reconhecimento de firma, em cartório, da assinatura do emitente do atestado. Em caso de assinatura digital, ela deverá ser realizada por meio instrumento expedido por agente certificador que atenda às normas brasileiras de certificação digital.

O atestado também deverá conter a razão social do escritório de advocacia, com seu respectivo CNPJ, endereço da sede e o prazo da prestação dos serviços.

A BAHIA GÁS se reserva ao direito de, caso julgue necessário, solicitar outros documentos aos escritórios de advocacia para comprovar as informações constantes em atestados, a exemplo de cópia autenticada do contrato de prestação de serviços correspondente ao atestado emitido, faturas referentes ao contrato, peças elaboradas, de comunicações com o contratante, dentre outros.

Não serão aceitos atestados que comprovem apenas a atuação dos licitantes em atos processuais específicos para as estatais e/ou ente ou órgão prestador de serviço público.

Ex. Atestados que comprovem apenas a execução de atividades somente correlacionadas à representação em audiências não serão validados, porquanto não envolvam a gestão de processos judiciais de forma contínua, apenas a prática de atos processuais pontuais.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Este documento estabelece os critérios de julgamento das propostas técnicas e de preço, conforme detalhado a seguir:

1. Apuração do Índice Técnico (IT)

1.1. A apuração técnica das propostas será realizada de acordo com os fatores e pontuação constantes em documentação específica.

1.2. Será estabelecido um Índice Técnico (IT) para cada licitante.

1.3. Para apuração do Índice Técnico, primeiramente serão somados os pontos obtidos pelo licitante, obtendo-se assim a sua Pontuação Total, conforme fórmula a seguir:

$$PTotal = PE + PS$$

Onde:

PTotal = Pontuação Total do Licitante

PE = Pontuação referente à Equipe de profissionais designada

PS = Pontuação referente à Sociedade de Advogados

1.4. Em seguida, os licitantes terão seus Índices Técnicos calculados mediante a divisão da sua respectiva Pontuação Total (PTotal) pela maior Pontuação Total apurada entre os licitantes (PTM), conforme fórmula a seguir:

$$IT = \frac{PTotal}{PTM}$$

Onde:

IT = Índice Técnico

PTotal = Pontuação Total do licitante

PTM = Maior Pontuação Total apurada entre os licitantes

Observação:

a) Para o resultado final do Índice Técnico (IT), serão consideradas duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

2. Apuração do Índice de Preço (IP)

2.1. Será estabelecido um Índice de Preço (IP) para cada licitante.

2.2. O Índice de Preço (IP) será apurado mediante a divisão do maior desconto total (PRm) entre as propostas apresentadas pelos licitantes classificados no Índice Técnico pelo preço da proposta comercial (PR) apresentada pelo licitante, conforme fórmula a seguir:

$$IP = \frac{PRm}{PR}$$



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

Onde:

IP = Índice de Preço

PRm = maior desconto total entre as propostas

PR = Preço da proposta comercial apresentada pela licitante

Observação:

a) Para o resultado final do índice de preço, serão consideradas duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

3. Nota de julgamento (NJ)

3.1. O licitante que não tenha sido eliminado ou desclassificado do processo licitatório após a avaliação de sua proposta técnica e de preço, terá sua Nota de Julgamento **(NJ)** apurada mediante o somatório do seu Índice Técnico multiplicado por 7 (sete) com o seu Índice de Preço multiplicado por 3 (três), conforme fórmula a seguir:

$$NJ = (IT \times 7) + (IP \times 3)$$

Onde:

NJ = Nota de julgamento

IT = Índice Técnico

IP = Índice de Preço

3.2. Será considerada vencedora a licitante que alcançar a MAIOR Nota de Julgamento **(NJ)** final.



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA

PONTUAÇÃO REFERENTE À EQUIPE DE PROFISSIONAIS DESIGNADA		PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA
Anos de inscrição		15	
Advogado	5		
Advogado	5		
Advogado	5		
Anos de atuação específica na área		15	
Advogado	5		
Advogado	5		
Advogado	5		
Especialização técnica na área		30	
Advogado	15		
Advogado	15		
Advogado	15		
Sub-total		60	
PONTUAÇÃO REFERENTE À SOCIEDADE DE ADVOGADOS		40	
PONTUAÇÃO TOTAL		100	



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

ANEXO G

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A qualificação econômico-financeira é obtida através da ponderação dos indicadores contábeis de acordo com os pesos, fórmulas e critério a seguir:

I. CÁLCULO DOS INDICADORES CONTÁBEIS:

INDICADORES CONTÁBEIS	FÓRMULAS
LIQUIDEZ GERAL:	$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
LIQUIDEZ CORRENTE:	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

II. TABELA DE AVALIAÇÃO DOS INDICADORES CONTÁBEIS:

É o quadro anexo onde serão encontrados os pontos correspondentes ao valor de cada indicador calculado (Liquidez Geral e Liquidez Corrente).

O Grau de Avaliação mínimo exigido será 3 (três), conforme disposto no Edital de Licitação.

III. PESOS DOS INDICADORES CONTÁBEIS:

INDICADORES CONTÁBEIS	PESOS
1- LIQUIDEZ GERAL (LG):	5
2- LIQUIDEZ CORRENTE (LC):	5
SOMA DOS PESOS	10

IV. PONTUAÇÃO (IP):

É calculada pela fórmula a seguir, que tem como numerador a soma dos pontos de cada indicador, obtidos na Tabela de Avaliação, multiplicando pelo respectivo peso e como denominador a soma dos pesos.

$$IP = \frac{LG \times 5 + LC \times 5}{10}, \text{ onde LG e LC variam de 0 até 10.}$$

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

V. TABELA DE CONVERSÃO:

É o quadro abaixo onde será convertido o indicador obtido na pontuação para o número que representa o Grau de Avaliação da empresa analisada, a ser comparado com o mínimo exigido no presente Edital.

INDICADOR DA PONTUAÇÃO	GRAU DE AVALIAÇÃO/(CONCEITO)
0 a 1,9	1
2 a 4,9	3
5,0 a 6,9	4
7,0 a 8,9	5
9,0 a 10,0	6

TABELA DE AVALIAÇÃO DOS INDICADORES CONTÁBEIS:

LIQUIDEZ GERAL	PONTOS
0 a 0,29	0
0,30 a 0,49	1
0,50 a 0,59	2
0,60 a 0,69	3
0,70 a 0,89	4
0,90 a 1,09	5
1,10 a 1,29	6
1,30 a 1,39	7
1,40 a 1,59	8
1,60 a 1,80	9
Mais de 1,80	10

LIQUIDEZ CORRENTE	PONTOS
0 a 0,29	0
0,30 a 0,49	1
0,50 a 0,59	2
0,60 a 0,79	3
0,80 a 0,99	4
1,00 a 1,19	5
1,20 a 1,39	6
1,40 a 1,59	7
1,60 a 1,79	8
1,80 a 2,00	9
Mais de 2,00	10



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

DECLARAÇÃO SOBRE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

À
Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS

Ref: **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026**

Prezados Senhores:

A (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ/MF nº., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(Sra), portador(a) do Documento de Identidade nº. e do CPF nº., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, e do disposto no inciso V do art. 98 da Lei nº. 9.433, de 01 de março de 2005, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() Ressalva: **Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.**

Local e Data

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO J

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA PARTICIPAR DE
LICITAÇÃO OU CONTRATAR COM A BAHIA GÁS**

À
Companhia de Gás da Bahia – **BAHIA GÁS**.

Ref: **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026**

Prezados Senhores:

A (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ/MF nº., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(Sra), portador(a) do Documento de Identidade nº. e do CPF nº., DECLARA, para efeito de participação no processo licitatório em epígrafe, atendimento pleno às condições exigidas no Edital, inclusive de habilitação, e não possui impedimento legal para participar de licitação ou contratar com a BAHIA GÁS.

A presente declaração é feita sob as penas da lei.

Local e Data

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is)



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO K

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

Comitê Permanente de Licitação

SALVADOR - BAHIA

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ATINENTES À CONSULTORIA JURÍDICA E A DEFESA DOS INTERESSES DA COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, EM PROCESSOS JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS, EM TODAS AS INSTÂNCIAS, NAS ÁREAS CÍVEL, CONSUMERISTA, AMBIENTAL, EMPRESARIAL, PENAL E DEMANDAS DE ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS CORRELATOS, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o serviço objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O valor para a execução do objeto da Licitação em referência corresponde ao desconto linear ofertado de% (.....**por cento**), em relação ao valor do orçamento de cada item da PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS, constantes do ANEXO P, assumindo a responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificadas na sua composição, de modo que, em caso de futura contratação, serão estes os valores a serem remunerados pelos serviços executados no contratos, nos termos do ANEXO I (Q4 – MEMORIAL DESCRITIVO).

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias consecutivos, a partir da data fixada para a Sessão de Abertura das Propostas.

Estamos cientes que, nos termos deste Edital, o(a) futuro(a) instrumento contratual poderá ser assinado(a) digitalmente, com fundamento na Medida Provisória nº 2.200-2/2001, mediante uso de certificados digitais expedidos por Autoridade Certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, de modo que, nesta hipótese, o(s) representante(s) para assinatura dos instrumentos contratuais será(ão):

Nome:

CPF:

Cargo:

E-mail:

Tel:

Atenciosamente,

Local, de de 2026.

Assinatura _____

(Razão Social do Licitante, nome e função do signatário)





EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

ANEXO P - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS DO ORÇAMENTO – PPUO

PLANILHA DE PREÇO TOTAL

CÓDIGO*	DESCRIÇÃO	UM	QTDE	VALOR (R\$)
S11S186K0350005	Serviços Jurídicos especializados nas áreas cível, consumerista, ambiental, empresarial, penal e demandas de órgãos administrativos correlatos.	VB	1	616.879,80
Total		VB	1	616.879,80

NOTA: *Na primeira coluna consta o código do sistema da CONTRATANTE

Valor: R\$ 616.879,80 (seiscentos e dezesseis mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)

PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	P. UNIT. (R\$)
1	Acompanhamento mensal de processos administrativos e judiciais	HH	R\$ 46,57 por pasta
2	Execução de horas técnicas	UN	R\$ 108,10



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

MINUTA DE CONTRATO
(ANEXO Q)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ADVOCATÍCIOS

Nº 300000xxxx

ORIGEM: LICITAÇÃO Nº ____/____

CONTRATANTE: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, sociedade de economia mista, situada na Av. Professor Magalhães Neto, nº 1838, Ed. Civil Business, Pituba, CEP 41.810-012, cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.432.153/0001-20, Inscrição Estadual nº 26.005.359-NO, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. Luiz Raimundo Barreiros Gavazza, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.838.93*-**, e pelo seu Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.921.97*-**, e

CONTRATADA: -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, e sediada na -----, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. -----, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.XXX.XX*-**, e

Pelo presente instrumento particular, os acima qualificados e abaixo assinados resolvem de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO, autorizado na ____ª reunião da Diretoria Executiva da **CONTRATANTE**, de ____/____/____, que está vinculado ao instrumento convocatório da respectiva licitação, bem como à última proposta admitida da **CONTRATADA** e se regerá pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE** e pelas seguintes cláusulas e condições, que mutuamente se obrigam a cumprir:

1. **[DO OBJETO]** O presente CONTRATO tem por objeto os **SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**, conforme **ANEXO I (Q4 – Memorial Descritivo)**.
 - 1.1. **[FORMA DE EXECUÇÃO E REGIME]** Os serviços objeto do presente CONTRATO serão executados no regime de empreitada por preços unitários.
 - 1.2. **[ESCOPO DO CONTRATO]** O escopo do contrato compreende, mas sem se limitar, a defesa da Companhia nos processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, em curso ou que porventura surjam ao longo da contratação, propostos pela **CONTRATANTE** ou contra ela, no Estado da Bahia e fora dele, em todas as instâncias, assim como as eventuais ações, autônomas ou não, que decorram diretamente de tais processos, inclusive incidentes processuais, pedidos de tutela, cumprimento de sentença, até o encerramento total dos processos e seus desdobramentos; além de consultoria jurídica acerca de situações específicas relativas às atividades desenvolvidas pela **CONTRATANTE**.
2. **[DO VALOR]** O valor total máximo do presente CONTRATO é de **R\$ ----- (-----)** a preços referenciados à data-base de ____/____/____, respeitando os preços unitários e quantidades estimadas elencados no **ANEXO II (Q7 - "Planilha de Preços Unitários - PPU")**.
 - 2.1. **[VALOR DEVIDO]** O valor a ser pago pela **CONTRATANTE** será o resultado do somatório dos valores dos preços unitários, aplicados aos serviços e fornecimentos efetivamente demandados, entregues e aceitos pela **CONTRATANTE**, na forma do **Anexo III (Q8 - "Critérios de Medição")**, em conformidade com o disposto neste CONTRATO e nos seus anexos.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 2.2. **[VARIAÇÃO DE CONSUMO]** A(s) quantidade(s) estabelecida(s) por conta deste CONTRATO é(são) estimada(s), podendo ocorrer consumo inferior a estas quantidades totais, sem que caiba à **CONTRATADA** o direito a qualquer reclamação, indenização ou alteração dos preços unitários propostos.
- 2.3. **[INCLUSÕES NO PREÇO]** Todos e quaisquer tributos, taxas, contribuições e/ou encargos trabalhistas e previdenciários, horas extras, impostos incidentes, direta ou indiretamente, lucro, embalagens, e demais custos relacionados ao objeto deste CONTRATO serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** e já estão incluídos nos preços. Serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre o presente CONTRATO, necessários para a realização de todos os serviços que compõem o seu objeto, tais como: supervisão, direção, administração, mão-de-obra, adicional de periculosidade, horas extras, fornecimento de materiais previamente definidos, equipamentos, ferramentas, combustíveis, EPIs, transporte de pessoal, despesas com viagens e estadias, licenças, insumos, além de outros custos resultantes de outras obrigações legais, inclusive lucro da **CONTRATADA**, não cabendo quaisquer reivindicações posteriores, a título de revisão de preço ou reembolso, seja a que título for.
3. **[DA ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS]** Exceto na hipótese de condições supervenientes ou estabelecidas por órgãos governamentais competentes, o(s) preço(s) deste CONTRATO não sofrerá(ão) reajuste no primeiro ano de vigência do preço em relação à sua data-base. Decorridos mais de 12 (doze) meses da data-base, os preços deste CONTRATO poderão ser reajustados considerando-se a variação do INPC (IBGE).
- 3.1. **[INAPLICABILIDADE DO REAJUSTE]** Os preços contratuais não serão reajustados em caso de atrasos verificados e não justificados pela **CONTRATADA**, que influenciem no prazo dos fornecimentos ou cujas justificativas não forem aceitas pela **CONTRATANTE**.
- 3.2. **[PRECLUSÃO LÓGICA]** Caso haja formalização de aditivo contratual de qualquer natureza, sem expressa ressalva à atualização anterior ou pendente, esta deixará de ser devida e o(s) preço(s) do CONTRATO permanecerá(ão) o(s) vigente(s) e receberá(ão) nova data-base igual à do aditivo porventura firmado.
- 3.3. **[ATUALIZAÇÃO DE ITENS ADICIONADOS AO OBJETO]** Caso sejam adicionados itens novos ao contrato, não contemplados originalmente no **ANEXO II (Q7 - "Planilha de Preços Unitários - PPU")**, estes terão como data-base e princípio de contagem de prazo para reajustamento a data do respectivo aditivo de inclusão.
4. **[DA FORMA DE PAGAMENTO]** Os pagamentos decorrentes do presente CONTRATO serão promovidos nas exatas proporções e preços do que for efetivamente demandado, recebido e aceito, e serão efetuados através de transferência ou depósito na conta bancária de titularidade da **CONTRATADA**.
- 4.1. **[GERAÇÃO DA NOTA FISCAL]** As cobranças só poderão ser promovidas após as respectivas notas fiscais terem sido aprovadas pela **CONTRATANTE**, na proporção dos serviços executados e recebidos e desde que acompanhada dos documentos exigidos por conta deste CONTRATO;
- 4.2. **[DESOBRIGAÇÃO DE QUANTITATIVO]** Não será obrigatória a demanda e consumo do quantitativo total CONTRATO, salvo quantitativo mínimo porventura previsto no **ANEXO I (Q4 – Memorial Descritivo)**;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- 4.3. **[CONTEÚDO DA NOTA FISCAL]** A emissão dos documentos fiscais e de transporte deve respeitar as indicações porventura fornecidas pela **CONTRATANTE**, devendo constar, além das informações essenciais legais e usuais para o tipo de documento, o número do CONTRATO.
- 4.3.1. **[CONTA PARA RECEBIMENTO]** Os dados bancários da **CONTRATADA** devem ser informados na nota fiscal e, na impossibilidade, através de outro meio formal escrito, apresentado à **CONTRATANTE**, sendo condição suspensiva para realização dos pagamentos.
- 4.3.2. **[ENVIO ELETRÔNICO DA NOTA FISCAL]** Como condição suspensiva para o pagamento, deverá a **CONTRATADA**, junto com as notas fiscais apresentadas, enviar e-mail para nfe_compras@bahiagas.com.br contendo a Nota Fiscal / DANFE em arquivo PDF e o respectivo arquivo XML gerado no sistema emissor da Nota Fiscal.
- 4.3.2.1. **[DOCUMENTOS ADICIONAIS E AUXILIARES DA NOTA FISCAL]** Havendo exigência legal adicional com geração de documento decorrente do objeto executado deste contrato, como documentos auxiliares, seja de exigência geral e nacional, ou específica e regional, deverá a **CONTRATADA** adicionar aos envios previstos neste item, sempre no formato original de geração, preferencialmente XML, e também em PDF.
- 4.3.2.2. **[EXCEÇÃO DE EXIGÊNCIA DE ENVIO ELETRÔNICO]** Excepcionalmente, em caso de integração de sistemas eletrônicos, e a critério da **CONTRATANTE**, pode ser dispensada a **CONTRATADA** de encaminhar um ou mais documentos abrangidos neste item, dispensa esta que só valerá se comunicada formalmente por escrito pela **CONTRATANTE**.
- 4.4. **[CONDIÇÃO SUSPENSIVA DE PAGAMENTO]** A cada faturamento e como condição de pagamento, a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente comprovar a manutenção das condições de regularidade fiscal exigidas no edital de licitação ou para a instrução da contratação direta.
- 4.5. **[PRAZO DE PAGAMENTO]** As notas fiscais aprovadas pela **CONTRATANTE** serão liquidadas em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de aceitação da nota fiscal, que depende do recebimento definitivo do objeto ou partes dele relacionadas a etapas ou parcelas específicas e a confirmação de recebimento de todos os documentos exigidos por conta deste CONTRATO.
- 4.5.1. **[ATRASSO DE PAGAMENTO]** Ante eventual atraso de pagamento, será devida atualização monetária entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, com base na mesma regra de reajuste acima.
- 4.5.2. **[INTERRUPÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO]** O prazo de pagamento da nota fiscal será interrompido na hipótese de serem constatados erros, falhas ou irregularidades, ou quando estas não estiverem acompanhadas de documentos exigidos nesta cláusula, iniciando a fluir, na sua integralidade, a partir da apresentação de nova nota fiscal correta e da apresentação dos documentos exigidos e após aprovação/atesto pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo da continuidade do fornecimento.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- 4.6. **[DESCONTOS AUTORIZADOS]** A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos valores a serem pagos à **CONTRATADA** quaisquer quantias que lhe forem devidas por esta, promovendo a devida compensação, como, por exemplo, multas por inadimplemento contratual, prejuízos causados pela **CONTRATADA** ou seus colaboradores e prepostos, dispêndio por força de condenação subsidiária ou solidária em processos judiciais e/ou extrajudiciais que tenham por base ato ou pessoa do grupo de colaboradores da **CONTRATADA** e quaisquer outros débitos.
- 4.6.1. **[DESCONTOS FISCAIS]** A **CONTRATANTE**, na qualidade de fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar à **CONTRATADA**, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.
- 4.7. **[COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO SIMPLES]** Caso a **CONTRATADA** seja optante do Simples Nacional, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, declaração ou extrato da consulta atualizada de condição fiscal, respeitando enquadramento correto e normas aplicáveis da Receita Federal, afirmando que está enquadrada no Simples com indicação exata do Anexo que se enquadre.
- 4.8. **[COMPROVAÇÃO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA]** Caso a **CONTRATADA** tenha enquadramento que lhe confira imunidade tributária, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal - ou descrito no corpo da mesma - declaração desta condição especial com indicação de fundamentos.
- 4.9. **[PROIBIÇÃO DE CESSÃO]** A **CONTRATADA** não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes deste **CONTRATO**, salvo com concordância prévia e formal da **CONTRATANTE**.
5. **[DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA]** Além das demais obrigações estipuladas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável, está obrigada a **CONTRATADA** a:
- 5.1. **[RESPONSABILIDADE EXECUTIVA]** Planejar, conduzir e executar os serviços com integral atendimento das especificações e prazos estabelecidos neste **CONTRATO** e no **ANEXO I (Q4 – Memorial Descritivo)**, aplicando elevado padrão de qualidade e confiabilidade, bem como não realizar nenhuma modificação nas especificações dos serviços sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- 5.2. **[PARÂMETROS EXTRACONTRATUAIS]** Respeitar as Leis Federais, Estaduais e Municipais relacionadas à realização dos serviços, assim como normas técnicas aplicadas ao objeto da contratação, isentando a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade pela inobservância de disposições aplicáveis;
- 5.3. **[NOMEAÇÃO DE PREPOSTO]** Constituir formalmente preposto(s) para representá-la na execução dos serviços e nas reuniões de definição operacional, através de instrumento escrito conforme modelo do **ANEXO IX (Modelo de Termo de Nomeação de Preposto)**, salvo se a **CONTRATADA** alocar diretamente nas atividades representante legal instituído pelos documentos de constituição da pessoa jurídica;
- 5.4. **[DIREÇÃO DOS TRABALHOS]** Promover supervisão e direção administrativa e técnica na execução dos serviços contratados;
- 5.5. **[REGULARIDADE LEGAL]** Cumprir todas as leis aplicáveis e efetuar o pagamento de todos os tributos devidos relacionados à sua atividade (federais, estaduais e municipais) e encargos sociais e/ou previdenciários, assim como remuneração e benefícios de seus empregados ou prepostos;

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 5.6. **[INDENIZAÇÕES]** Indenizar a **CONTRATANTE** e/ou terceiros por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus representantes legais, empregados ou prepostos, por ação ou omissão, bem como por defeito ou falta de qualidade do serviço executado e mesmo por decorrência de retardo, assim como por quaisquer despesas, judiciais ou extrajudiciais, decorrentes da execução das atividades deste CONTRATO, bem como requerer imediata exclusão da **CONTRATANTE** de qualquer lide que tenha sido integrada por força de ato ou colaborador da **CONTRATADA** ou subcontratada, isentando a **CONTRATANTE** de quaisquer ônus porventura havido e indenizando os porventura já ocorridos, tais como custas judiciais, honorários advocatícios e despesas, judiciais e extrajudiciais, devidamente comprovadas, relativas às defesas ou comparecimento em solenidades judiciais;
- 5.7. **[HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO]** Manter durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório ou na contratação direta;
- 5.8. **[INCONFORMIDADES NA ESPECIFICAÇÃO]** Comunicar formalmente à **CONTRATANTE** sobre quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias que, por ventura, sejam encontrados nos projetos ou especificações do objeto;
- 5.9. **[SIGILO]** Manter sigilo sobre todas as informações obtidas por decorrência do presente CONTRATO, sendo proibido reproduzir ou encaminhar a terceiros, salvo se previamente autorizado pela **CONTRATANTE**;
- 5.10. **[FISCALIZAÇÃO]** Permitir acesso da **CONTRATANTE** em qualquer local onde seja executado serviço para fins de fiscalização e auditoria administrativa e técnica;
- 5.11. **[ADEQUAÇÃO TRABALHISTA]** Não utilizar mão de obra em desacordo com as normas legais que tratam do combate à discriminação de raça, gênero, direção/orientação sexual e religião, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assim como observar e fazer cumprir rigorosamente todas as leis trabalhistas, previdenciárias, tributárias e outras aplicáveis por conta do emprego de profissionais na execução das atividades, além das normas coletivas da(s) categoria(s) envolvidas;
- 5.12. **[AJUSTE DE TRABALHOS]** Atender prontamente as recomendações da **CONTRATANTE** no sentido de alterar os métodos empregados na execução dos serviços, caso os métodos originalmente estabelecidos se mostrem inadequados ou ineficientes para o cumprimento dos prazos e resultado satisfatório na execução dos serviços, sem quaisquer custos adicionais, podendo negar-se a fazê-lo apenas quando a determinação da **CONTRATANTE** significar descumprimento à Lei ou norma técnica de execução ou a alteração for de significativo impacto em custos;
- 5.13. **[EQUIPE DE TRABALHO]** Quanto à equipe responsável pela execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, cabe obrigatoriamente à **CONTRATADA**:
- 5.13.1. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários para execução dos serviços contratados;
- 5.13.2. Manter, durante a vigência do CONTRATO, equipe composta por profissionais devidamente capacitados e treinados nas atividades que lhes forem incumbidas, devidamente identificados, possibilitando o adequado cumprimento do objeto deste CONTRATO;
- 5.13.3. Respeitar as regras de acesso às instalações da **CONTRATANTE** e orientar os profissionais para que não transitem ou permaneçam em áreas diferentes daquelas indicadas e permitidas pela **CONTRATANTE**, para acesso e execução dos serviços;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 5.13.4. Manter o registro dos seus empregados permanentemente atualizado em formato admitido pelo Ministério do Trabalho, apresentando prontamente à **CONTRATANTE**, sempre que solicitado pela mesma, bem como e as anotações da Carteira Profissional de cada empregado;
- 5.13.5. Assumir, direta e exclusivamente, responsabilidade pelos danos causados em acidentes de trabalho, ou acidentes envolvendo terceiros, que eventualmente venham a ocorrer por conta da execução do objeto deste CONTRATO;
- 5.13.6. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais alocados no trabalho, inclusive em casos de paralisação de transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
- 5.13.7. Disponibilizar acesso a todos colaboradores, documentação relativa ao cumprimento das obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, técnica, entre outras, referentes aos profissionais da equipe alocada neste CONTRATO, insumos utilizados e trabalhos realizados, bem como a sistemas públicos ou privados que guardem informações relevantes sobre a regularidade trabalhista da **CONTRATADA**;
- 5.13.8. Observar e fazer cumprir a política de gestão integrada da **CONTRATANTE**;
- 5.14. **[CORREÇÃO DE DEFEITOS OU FALHAS]** Corrigir quaisquer defeitos ou falhas nos serviços executados e substituir peças porventura fornecidas que apresentarem qualquer tipo de falha ou impropriedade para a aplicação pretendida, inclusive durante a garantia técnica prevista no **Anexo I (Q4 – Memorial Descritivo)**;
- 5.14.1. **[EXECUÇÃO DIRETA INDENIZÁVEL]** Em caso de descumprimento de obrigação prevista neste subitem, poderá a **CONTRATANTE** executar, direta ou indiretamente, o objeto do contrato ou a correção necessária, cobrando as despesas correspondentes, devidamente corrigidas, permitida a retenção de créditos do contratado.
- 5.15. **[SUSTENTABILIDADE]** Atuar de forma que suas ações, direta ou indiretamente, relacionadas a este CONTRATO, atendam às normas ambientais pertinentes e de segurança, adotando formas de intervenção que evitem o impacto ambiental ou acidentes de quaisquer naturezas, em cumprimento às orientações e diretrizes da **CONTRATANTE** e legislação vigente;
- 5.16. **[UTILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS]** Guardar e manusear cuidadosamente os materiais e equipamentos que porventura sejam disponibilizados pela **CONTRATANTE** para a execução dos serviços, obrigando-se a repor, por sua conta exclusiva e sem prejuízo dos prazos estipulados, aqueles que, sob sua guarda, forem danificados ou extraviados, obrigando-se a devolver o acervo remanescente ao final de cada utilização ou do prazo de vigência do CONTRATO, conforme seja requerido pela **CONTRATANTE**;
6. **[DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE]** Além das demais obrigações estipuladas neste CONTRATO e na legislação aplicável, caberá à **CONTRATANTE**:
- 6.1. **[INFORMAÇÕES DE CONTATO]** Informar à **CONTRATADA** o nome e meios de contato do Fiscal e Gestor do CONTRATO;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 6.2. **[GARANTIA DE ACESSO]** Permitir o acesso da **CONTRATADA** aos materiais e/ou locais necessários à execução e entrega do(s) objeto(s) contratado(s), desde que atendidos os pré-requisitos, normativos ou exigidos neste contrato e seus anexos, para liberação de acesso.
7. **[DA MATRIZ DE RISCOS]** Deverão as partes observar a matriz de riscos anexada ao presente contrato **ANEXO VIII (Q16 – Matriz de Riscos)** e tomar as medidas preventivas e de contingenciamento relacionadas aos fatores de risco indicados.
8. **[DAS ALTERAÇÕES DESTE CONTRATO]** O presente CONTRATO poderá ser alterado por acordo entre as partes.
- 8.1. **[HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO]** Especialmente nos seguintes casos:
- 8.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - 8.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo de seu objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO;
 - 8.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - 8.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução do objeto;
 - 8.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CONTRATANTE** para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;
 - 8.1.5.1. Também cabe a revisão de preço(s) prevista neste subitem em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual.
 - 8.1.5.2. Quando de interesse da **CONTRATADA**, para que seja concedida a revisão do preço, deverá esta apresentar pedido formal escrito e fundamentado acompanhado das comprovações de impacto efetivo nos seus custos no prazo de até 90 (noventa) dias da ocorrência do fato gerador, e não terá efeito retroativo em relação aos pagamentos já cobrados com nota fiscal emitida.
- 8.2. **[ACRESCIMENTOS PRÉ-ACORDADOS]** A **CONTRATADA** concorda em manter estrutura capaz para adição de objeto e admite desde já acréscimos quantitativos nas mesmas condições deste CONTRATO até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado.

EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

- 8.3. **[EXCLUDENTE DE CUSTO DE ADITIVO]** A ocorrência de fato previsto na matriz de risco anexa a este contrato cuja responsabilidade de prevenção ou contingência caiba à **CONTRATADA** não admite aditivo que importe em acréscimo de custos à **CONTRATANTE**.
- 8.4. **[CLÁUSULA DE QUITAÇÃO]** Em qualquer caso de aditivo, será adicionada a seguinte cláusula de quitação ao instrumento de aditamento contratual:
- “A **CONTRATADA** dá à **CONTRATANTE**, neste ato, plena, rasa e geral quitação de todas as obrigações correspondentes ao período compreendido entre o início da vigência contratual até a presente data, relativos ao CONTRATO acima mencionado, para nada reclamar, sob qualquer título ou pretexto, em juízo ou fora dele”.
- 8.4.1. Caso exista alguma obrigação pendente de pagamento à **CONTRATADA**, poderá ser objeto de ressalva na cláusula de quitação, acrescentando-se, ao final do texto acima a continuação:
- “, ressaltando-se o(s) pagamento(s) pendente(s) relacionado a:”
9. **[DA VIGÊNCIA]** O presente CONTRATO vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da última data de sua assinatura eletrônica e/ou digital, podendo ser prorrogado por acordo das partes, dando-se por terminado antecipadamente caso concluído todo o serviço contratado, que já tenha contado com recebimento definitivo.
- 9.1. **[PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS]** O(s) prazo(s) de execução é(são) o(s) previsto(s) no **ANEXO I (Q4 – Memorial Descritivo)**.
- 9.1.1. Não é obrigatória a concessão de extensão do prazo de execução caso a **CONTRATANTE** recuse serviço(s) executado(s) em desacordo com o projeto e/ou especificações, cabendo à esta decidir se concede prazo adicional para regularização, aplica sanções e/ou rescinde o presente CONTRATO.
10. **[DAS PENALIDADES]** Ante eventual inadimplemento na execução deste contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções administrativas:
- 10.1. **[SANÇÕES PECUNIÁRIAS]** Multa:
- 10.1.1. De 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto não executado/entregue ou recusado pela **CONTRATANTE**, assim como no caso de recusa em firmar aditamento dentro de 10 (dez) dias, contados da data de sua convocação, e aplicado sobre o valor dos itens remanescentes, incluído eventual aditivo previsto entre as partes e que aguarde formalização;
- 10.1.2. De 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto atrasado;
- 10.1.3. De 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor do objeto atrasado, por cada dia subsequente ao trigésimo;
- 10.1.4. Adicionalmente a estas multas acima pré-fixadas, recairá ainda sobre eventual inexecução total ou parcial as multas ou graduação porventura previstas para casos específicos no **Anexo I (Q4 – Memorial Descritivo)**;
- 10.1.5. As multas, que por porventura a **CONTRATADA** der causa, após regular processo administrativo, com defesa prévia, serão descontadas de pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE**, ou ainda por outro meio que satisfaça a liquidação do débito, inclusive descontado da garantia, podendo ser cobradas judicialmente.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 10.2. **[RESTRITIVAS DE DIREITO]** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 10.2.1. A suspensão e o impedimento poderão ser estendidos à toda e qualquer empresa que possua como proprietário, sócio ou acionista pessoa que mantém ou mantinha esta mesma condição na **CONTRATADA**.
- 10.3. **[NÃO LIMITAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR]** As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** em consequência do inadimplemento, que poderão ser cobradas a qualquer tempo.
11. **[DA RESCISÃO]** A **CONTRATANTE** poderá rescindir imediatamente o presente CONTRATO no caso de não execução ou descumprimento de quaisquer das suas cláusulas por parte da **CONTRATADA**, independentemente da aplicação de sanções ou concessão de prazo para regularização, o que fica a critério da **CONTRATANTE**.
12. **[DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA]** A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do CONTRATO, salvo parcialmente mediante prévia e escrita autorização da **CONTRATANTE**, permanecendo responsável, em qualquer circunstância, pelo adimplemento integral das obrigações contratuais assumidas.
13. **[RESPONSABILIDADES – ANTICORRUPÇÃO]** Em demonstração de responsabilidade e comprometimento ético, as partes declaram, através da assinatura do presente CONTRATO:
- 13.1. Conhecer e concordar integralmente com o que dispõe a legislação sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, pelo que se comprometem a zelar por esta;
- 13.2. Que seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem, de qualquer tipo, e evitarão atos desta natureza relacionados ao presente CONTRATO e tomaram as medidas necessárias para estender estas precauções aos seus representantes e colaboradores e prevenir subcontratados, agentes ou terceiros;
- 13.3. Que não vão oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios, de quaisquer espécies, relacionado às execuções ou faturamentos deste CONTRATO, garantindo que seus prepostos, colaboradores e subcontratados ajam da mesma forma;
- 13.4. Que não visam a obtenção de vantagens ou benefícios indevidos oriundos de modificações ou prorrogações deste CONTRATO, nem pretendem dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- 13.5. Que se comprometem em, na hipótese de indícios de descumprimento dos deveres estipulados nesta cláusula ou violação ao que dispõe a legislação, promover e colaborar com procedimento administrativo para apurar as responsabilidades;
- 13.6. Concordar que, se constatada qualquer prática contrária aos deveres estipulados nesta cláusula e na legislação, a infratora será responsabilizada objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados, não excluindo a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito, na medida da sua culpabilidade;

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 13.7. Na esfera administrativa, será aplicada à **CONTRATADA** responsável pelos atos lesivos – configurados por qualquer ato de empregado, dirigente ou preposto, mesmo em caso de infração desta cláusula que não tenha gerado prejuízo - previstos nesta cláusula a sanção de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, bem como publicação extraordinária da decisão condenatória;
- 13.8. A aplicação das sanções não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado e demais cominações previstas neste contrato.
14. **[DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS]**
- 14.1. As Partes devem observar os ditames da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), mantendo registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, comprometendo-se a proteger e tratar os dados coletados conforme a finalidade estrita para a execução do Contrato.
- 14.2. As Partes, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, serão responsáveis por eventuais incidentes de segurança de informação e de proteção de dados pessoais, nos termos da legislação vigente;
- 14.3. Para a realização do tratamento de dados pessoais, as Partes deverão adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 14.4. As partes obrigam-se a:
- a) Realizar tratamento de dados pessoais para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
 - b) Garantir, aos titulares dos dados, consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais; e
 - c) Adotar medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- 14.5. As Normas ISO/IEC 27001, 27018 e 27701 deverão ser utilizadas como referência para a gestão, segurança e proteção dos dados pessoais.
15. **[DAS DISPOSIÇÕES GERAIS]** Adicionalmente às cláusulas acima estipuladas, incorporam a este contrato as seguintes disposições:
- 15.1. **[MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DE OBRIGAÇÕES]** Este CONTRATO é firmado em caráter irrevogável e irretratável, mantendo a **CONTRATADA** todas as obrigações contidas neste instrumento mesmo em caso de agregação de outros executores ou subcontratação, obrigando-se as partes por si e seus sucessores.
- 15.2. **[PREVALÊNCIA DOS TERMOS CONTRATUAIS]** Os termos do presente CONTRATO representam o fiel e completo ajuste entre as partes, prevalecendo sobre quaisquer entendimentos, formais ou informais, anteriores ou baseados nos seus anexos.

EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

-
- 15.3. **[FORMA DE COMUNICAÇÃO]** As comunicações relativas ao presente CONTRATO de fatos ou definições que não tenham participado ambas as contratantes, deverão ser feitas por escrito e encaminhadas diretamente aos representantes legais da outra parte, prepostos, fiscais ou gestores previamente informados por escrito.
- 15.4. **[POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO]** Em qualquer caso de identificação pela **CONTRATANTE** de anomalia de desenvolvimento da obra ou perda de performance ou qualquer tipo de dúvida em relação ao objeto, assim como identificação de surgimento ou crescimento de situação de risco, poderá a **CONTRATANTE** suspender o presente contrato pelo prazo de até 30 (trinta) dias em razão de cada anomalia ou risco identificado, não gerando à **CONTRATADA** direito à indenização ou compensação pelo período suspenso.
- 15.5. **[TOLERÂNCIA E NOVAÇÃO]** Qualquer tolerância de uma das partes na exigência do cumprimento do presente CONTRATO não constituirá novação, renúncia tácita ou extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.
16. **[DOS ANEXOS]** Os documentos abaixo ficam fazendo parte do presente CONTRATO, obrigando-se as partes a observarem e promoverem seu atendimento, porém não prevalecerão sobre suas Cláusulas expressas deste instrumento contratual:
- 16.1. **Anexo I** (Q4 - Memorial Descritivo);
 - 16.2. **Anexo I-A** (Relatório Processual);
 - 16.3. **Anexo II** (Q7 - Planilha de Preços Unitários);
 - 16.4. **Anexo III** (Q8 - Critérios de Medição dos Serviços);
 - 16.5. **Anexo IV** (Q12 - Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde para Contratos); Conf. Nota
 - 16.6. **Anexo V** (Q15.1 - Termo de Recebimento Provisório de Serviço);
 - 16.7. **Anexo VI** (Q15.2 - Termo de Recebimento Definitivo de Serviço);
 - 16.8. **Anexo VII** (Q15.3 - Termo de Encerramento do Contrato);
 - 16.9. **Anexo VIII** (Q16 - Matriz de Riscos);
 - 16.10. **Anexo IX** - Modelo de Termo de Nomeação de Preposto.
 - 16.11. Além dos documentos acima, são partes integrantes do presente CONTRATO o processo que originou esta contratação, incluindo proposta da **CONTRATADA** e demais documentos listados no **ANEXO I (Q4 - MEMORIAL DESCRITIVO)**.
- NOTA:** Os documentos que compõem o **ANEXO IV (Q12 - Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde)**, estão disponíveis no site www.bahiagas.com.br - (LICITAÇÕES / DIRETRIZES DE SMS (ANEXO Q12), sobretudo aqueles listados no PG-03.10-018 – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde para Contratos e no AN-03.10.038 - Anexo I – Requisitos de SSMA. A obtenção desses documentos e o conhecimento prévio do seu teor são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, não cabendo, portanto, alegações do desconhecimento de tais exigências, salvo se tenha solicitado por escrito e não tenha sido fornecido pela **CONTRATANTE**.
17. **[DO FORO]** As partes elegem o Foro da Comarca de Salvador, capital do Estado da Bahia, que será o competente para dirimir eventuais conflitos acerca deste CONTRATO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

E assim, após lerem e concordarem, as partes assinam este CONTRATO, para que surtam seus efeitos jurídicos.

Salvador, de de

Pela **CONTRATANTE**:

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente

Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa
Diretor Administrativo e Financeiro

Pela **CONTRATADA**:

XXXXXXXXXXXXX
Sócio /Procurador



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

ANEXO I

(Q4 – MEMORIAL DESCRITIVO)

1. OBJETO

Contratação de Escritórios de advocacia para prestação de serviços jurídicos atinentes à consultoria jurídica e a defesa dos interesses da Companhia de Gás da Bahia – BAHIA GÁS em processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, em todas as instâncias, **nas áreas cível, consumerista, ambiental, empresarial, penal e demandas de órgãos administrativos correlatos.**

2. OBJETIVO(S)

O escopo do contrato compreende, mas sem se limitar, a defesa da Companhia nos processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, em curso ou que porventura surjam ao longo da contratação, propostos pela BAHIA GÁS ou contra ela, no Estado da Bahia e fora dele, em todas as instâncias, assim como as eventuais ações, autônomas ou não, que decorram diretamente de tais processos, inclusive incidentes processuais, pedidos de tutela, cumprimento de sentença, até o encerramento total dos processos e seus desdobramentos; além de consultoria jurídica acerca de situações específicas relativas às atividades desenvolvidas pela BAHIA GÁS.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Companhia de Gás da Bahia – BAHIA GÁS, aqui também indicada como CONTRATANTE, é uma sociedade de economia mista estadual, cujo acionista majoritário é o Estado da Bahia, concessionária de serviço público de distribuição de gás natural canalizado no âmbito do Estado da Bahia.

Nos últimos anos, o ambiente de negócios no qual a CONTRATANTE está inserida vem sofrendo mudanças, nas mais diversas esferas de atuação, pelos mais diversos agentes. Tais mudanças, concatenadas ou não, possuem como objetivos a modernização, o aumento da eficiência e da competitividade, e a melhoria da prestação do serviço público de distribuição de gás natural canalizado.

As mudanças estão diretamente ligadas à própria natureza jurídica da empresa, ao seu objetivo social e ao mercado no qual a CONTRATANTE está inserida. São, justamente, as condições de empresa estatal, prestadora de serviço público e integrante do mercado de gás natural, e todas essas particularidades, que vem sendo objeto das mudanças indicadas.

3.2. Por ser uma empresa estatal, a CONTRATANTE passou a ser regida pela Lei nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Empresas Estatais ou Lei das Estatais). Trata-se de legislação que foi editada objetivando proporcionar condições para que a atuação das estatais brasileiras fosse mais eficiente, transparente e competitiva. No âmbito do Estado da Bahia, a Lei das Estatais foi regulamentada pelos Decretos Estaduais nº 18.470/2018 e 18.471/2018.

A nova legislação, por exemplo, dá “força de lei” à boas práticas de governança corporativa, *compliance* e gestão de riscos amplamente difundidas no ambiente empresarial de excelência. De igual sorte, apresenta novo marco legal para licitações e contratos das empresas estatais, o qual possui tanto condições menos burocráticas quando comparadas à legislação anteriormente aplicável, como determina que cada uma das empresas elabore regulamentos próprios para tratar da matéria, considerando



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

suas condições e características próprias. Por fim, traz normas mais rígidas para a escolha de administradores e exige maior transparência na condução dos negócios, criando novas formas de fiscalização das empresas estatais pelo Estado e pela sociedade.

Este novo diploma legal gerou (e ainda gera) grandes desafios à CONTRATANTE para adequação às novas condições impostas, à medida que foram necessárias alterações em documentos societários, criação de normativos internos, adequação de condutas e implantação de novas práticas. Como destaque, a elaboração, publicação e execução do Regulamento de Licitações e Contratos da BAHIA GÁS representa um grande desafio para a empresa, que sempre esteve sob a égide das legislações gerais, aplicáveis a todos os demais entes da Administração Pública.

A condição de empresa estatal implica em reconhecer que a CONTRATANTE atua em ambiente e condições diferenciados quando relacionados à empresas privadas sem controle acionário estatal, destacando-se a legislação especial própria, a constante interface com o Estado da Bahia, seu acionista majoritário, a fiscalização da sua atividade por órgãos de controle de contas (Tribunal de Contas do Estado da Bahia) e de atuação administrativa (Ministério Público do Estado da Bahia).

Mas a CONTRATANTE não se limita à condição de empresa estatal, sendo também uma concessionária de serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Aqui, novas legislações e regulamentos tem cada vez mais exigido eficiência e competitividade.

- 3.3. A empresa está inserida em ambiente de negócios de atuação bastante específica no Brasil, cujo domínio das informações, a execução de atividades e programas estão restritas a poucos agentes, quando comparado a outros setores.

Em contraposição ao modelo restritivo anteriormente utilizado, o chamado “Novo Mercado de Gás Natural”, programa de âmbito nacional criado e liderado pelo Governo Federal, propõe *“um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, promovendo condições para redução do seu preço e, com isso, contribuir para o desenvolvimento econômico do País”*.

O novo programa, que promete mexer em toda a cadeia do gás natural, principalmente para permitir a entrada de novos integrantes, possui o potencial de gerar diversas oportunidades e riscos para a CONTRATANTE, representando um dos maiores desafios já enfrentados por ela, de modo que o posicionamento e a atuação da empresa perante o mercado serão determinantes para o seu sucesso empresarial.

Em resposta ao projeto supracitado, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA, agência reguladora responsável por regular e fiscalizar a atuação da CONTRATANTE no âmbito do objeto da sua concessão de serviço público de distribuição de gás natural, já publicou e vem sinalizando a intenção de publicação de novos regulamentos, como foco justamente na promoção de dinamicidade, competitividade e abertura do mercado de gás natural no âmbito do Estado da Bahia. Dentre os possíveis institutos a serem utilizados, destacam-se o consumidor livre, o autoprodutor e o auto-importador, previstos na Lei nº 11.909/2009 (Lei do Gás), em processo de implementação no Estado da Bahia.

A atuação do mercado de gás natural implica a interação da CONTRATANTE com diversos entes públicos e privados, afora os já citados, dentre os quais se destacam a Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP), associações de grandes consumidores de gás natural e de concessionárias distribuidoras, e empresas multinacionais produtoras, importadoras e transportadoras de gás natural.

EDITAL DE LICITAÇÃO

Nº 0008/2026

- 3.4. Dentro dessa macroestrutura, a CONTRATANTE está inserida no mercado no ramo da distribuição de gás natural canalizado, sendo uma concessionária de serviço público de âmbito estadual, respeitando a divisão constitucional de competências.

A condição de concessionária de serviço público da CONTRATANTE implica que a sua atuação, como acontece em todos os demais serviços públicos não prestados diretamente pela Administração Pública Direta, dá-se em ambiente regulado, o qual possui como principal agente de regulação a AGERBA, anteriormente citada. Com isso, a execução da atividade empresarial da CONTRATANTE é diretamente impactada pelas condições do arcabouço regulatório ao qual ela está subordinada.

As possibilidades de uso do gás natural, enquanto energético versátil, implicam na necessária relação da CONTRATANTE com usuários das mais diversas características. A Resolução AGERBA nº 14/2012, por exemplo, reconhece como seguimentos de usuários o residencial, o comercial (combustíveis ou climatização e cogeração), o industrial (combustíveis e cogeração ou matéria prima), o veicular, o termoelétrico, o poder público, o náutico e o gás natural comprimido/liquefeito.

Como consequência, faz parte da atividade da empresa a celebração de contratos com os mais diversos setores da sociedade, desde contratos de adesão com clientes residenciais, regidos pelas regras do direito do consumidor, a contratos com grandes indústrias, onde a quantidade de gás movimentado e a importância para o desenvolvimento regional representam pontos de elevada atenção e delicada atuação.

No mercado ao qual está inserida, a atuação da CONTRATANTE estará diretamente ligada a negócios de alta complexidade, como contratos de fornecimento e suprimento de gás natural, inclusive internacionais.

Por outro motivo, a condição de concessionária de serviço público representa um diferencial da CONTRATANTE com relação a outras empresas. Por ser a distribuição de gás natural canalizado um serviço público constitucionalmente reconhecido como essencial, tem-se que a sua concessão se justifica na busca pela sua universalização, o que demanda da CONTRATANTE uma constante exigência de investimentos para ampliação da sua rede de dutos e, consequentemente, de usuários atendidos pelo sistema.

A atual construção do Duto de Distribuição de Gás Natural do Sudoeste da Bahia – Gasoduto Sudoeste, maior duto de distribuição do Nordeste e segundo maior do Brasil, representa a busca, pela CONTRATANTE, da consecução primordial os objetivos da concessão, seja pela universalização na prestação de serviços de distribuição de gás natural, seja pela sua interiorização. Quando concluído o empreendimento, a CONTRATANTE ampliará, de uma vez só, sua malha de dutos em 30% (trinta por cento), além de atender a 11 (onze) novas cidades do interior do Estado em futuros projetos de adensamento de rede, já em fase de planejamento.

Assim, também a condição de concessionária de serviço público impõe à BAHIA GÁS a atuação perante atores diversos, para além dos já citados, a exemplo do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental de projetos de engenharia, e das Procuradorias de Defesa do Consumidor – PROCON.

- 3.5. Tudo o quanto exposto acima, de forma bastante resumida, revela a complexidade de relações jurídicas às quais a CONTRATANTE está submetida, e que perpassam as mais diversas áreas do conhecimento, principalmente no que diz respeito à área jurídica. São muitos os campos do conhecimento jurídico cuja atuação é exigida à empresa, dentro os quais podemos destacar o direito empresarial, o direito regulatório, o direito administrativo, o direito civil, o direito ambiental, o direito trabalhista, o direito tributário, o direito concorrencial e o direito do consumidor.

EDITAL DE LICITAÇÃO **Nº 0008/2026**

Os desafios de atuação da empresa no âmbito jurídico implicam em sua opção por direcionar a alocação da força de trabalho do seu corpo próprio de especialistas na área para o que se convencionou chamar de core business, ou núcleo essencial do negócio, destinando a atuação contenciosa e consultiva de assuntos gerais a prestadores de serviços terceirizados.

Com isso, busca-se, primordialmente, atender ao princípio constitucional da eficiência na gestão pública. Isto porque, considerando a quantidade de áreas do conhecimento jurídico que são demandadas da empresa, não seria economicamente viável a assunção, pelo seu corpo próprio de pessoal, de toda a atuação judicial, sem que isso prejudicasse o nível de excelência e eficiência exigidos da CONTRATANTE.

Ao dedicá-los ao core business da empresa, a CONTRATANTE opta por formar seu time de especialistas nas questões jurídicas essenciais do seu negócio, gerando profissionais mais capacitados para guiar as principais decisões da empresa e mantendo, em âmbito interno, toda informação e avaliação jurídica dos assuntos mais relevantes do seu negócio, de modo a melhor atingir seus objetivos sociais.

Ao mesmo tempo, ao contratar prestadores de serviços especializados na atuação contenciosa administrativa e judicial, além de consultivo geralista, a CONTRATANTE alcança a máxima eficiência operacional no que diz respeito a tais questões, porquanto transfira tais atividades exatamente para Escritórios de advocacia que as tem como atividades principais, possuindo estrutura física e corpo técnico exclusivamente voltados para essa atuação.

Inobstante, de modo a obter a condição mais vantajosa para a CONTRATANTE, relevante princípio do direito administrativo, busca-se a contratação de Escritórios de advocacia que possuam experiência comprovada nas áreas do conhecimento essenciais pela empresa, contando integrantes com elevada capacidade técnica, considerando principalmente a sua atuação perante empresas estatais e entidades ou órgãos prestadores de serviço público.

Isto porque, como visto, ser empresa estatal e concessionária de serviço público exige da CONTRATANTE uma atuação absolutamente inusual, diferenciada quando se comparada com empresas privadas sem participação do Estado em seu capital social e de entes da Administração Pública que não atuam em regime concorrencial.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços a serem executados abrangerão as seguintes demandas e atividades:

4.1.1. Acompanhamento dos processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, já em curso ou que surjam no curso da contratação, e ajuizamento de novos processos judiciais e administrativos, na defesa dos interesses da CONTRATANTE, compreendendo, mas não se limitando:

4.1.1.1. Ao acompanhamento de todas as fases e defesa dos direitos da CONTRATANTE, ao acompanhamento das publicações nos diários oficiais, à extração de cópias dos processos, à elaboração de relatórios contendo o estágio atualizado dos processos, ao envio de documentos inerentes aos processos tão logo sejam de conhecimento da CONTRATADA, a exemplo de atas de audiência, intimações e notificações diversas, e à gestão dos processos em sistema eletrônico de acompanhamento processual próprio e/ou indicado pela CONTRATANTE, os quais serão devidamente atualizados pela CONTRATADA;

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 4.1.1.2. À elaboração de peças processuais, compreendendo, mas não se limitando, à elaboração de petições iniciais, peças de defesa, contestações, informações em mandado de segurança, impugnações, recurso ordinário, recurso de revista, exceções, memoriais, apelações, agravos de instrumento, embargos à execução, embargos de declaração, agravo regimental, recurso especial, recurso extraordinário, bem como todos os demais instrumentos de defesa dos interesses da CONTRATANTE que se apresentarem necessários e pertinentes em âmbito processos judiciais, extrajudiciais e administrativos;
- 4.1.1.3. Ao comparecimento em audiências, sustentações orais, reuniões com o corpo funcional da CONTRATANTE, com representantes dos acionistas da BAHIA GÁS, com as partes contrárias e/ou interessadas na resolução das demandas, com integrantes dos órgãos jurisdicionais, extrajudiciais e administrativos, além de todos os demais atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos da CONTRATANTE, além de manifestações técnico-jurídicas, que envolvam matérias de direito relacionadas;
- 4.1.1.4. À elaboração de pareceres técnico-jurídicos, quando solicitado o posicionamento da CONTRATADA acerca da condução dos processos, dos atos que deverão ou não ser praticados pela CONTRATANTE, dentro ou fora da relação processual, da conduta da CONTRATANTE na fase pré-processual, do prognóstico do processo, dentre outras questões.
- 4.1.2. Consultoria jurídica, compreendendo, mas não se limitando:
- 4.1.2.1. À elaboração de opinativos escritos, solicitados pela CONTRATANTE, onde serão analisadas, à luz da legislação vigente, as condutas que poderão ser adotadas pela CONTRATANTE para a resolução de problemas e tomada de decisões em sua atuação empresarial, sempre evidenciando os riscos inerentes a cada cenário descrito;
- 4.1.2.2. À realização de reuniões com o corpo funcional da CONTRATANTE e com as partes interessadas na resolução das consultas, sejam elas clientes da BAHIA GÁS, integrantes de órgãos jurisdicionais ou administrativos, representantes dos acionistas da BAHIA GÁS, etc.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA E PREVISÃO DE PRORROGAÇÃO

O contrato será celebrado com prazo de **vigência de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado até o limite previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da BAHIA GÁS.

6. LOCAL(IS) DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DO OBJETO E HORÁRIOS ADMITIDOS

- 6.1. As revisões e criações de textos e documentos podem ser promovidas onde a CONTRATADA entender mais adequado.
- 6.2. Sempre que solicitado, as peças processuais ou documentos deverão ser enviados previamente para aprovação da CONTRATANTE e com tempo hábil para avaliação e contribuições, dentro do horário comercial e nos dias de expediente administrativo da CONTRATANTE, salvo em situações excepcionais que justifiquem sua entrega em momento diverso.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- 6.3. As reuniões presenciais ocorrerão, preferencialmente, nas dependências da sede da CONTRATANTE em Salvador, dentro do horário comercial, ou em outros locais e horários, quando necessário e previamente informado pela CONTRATANTE.
- 6.4. Os serviços de acompanhamento processual e consultoria serão prestados, preferencialmente, em ambiente virtual, por meio de e-mails e sistemas informatizados, sem prejuízo da utilização de outras tecnologias que tornem mais eficientes a prestação dos serviços objetos deste contrato.
- 6.5. O acompanhamento processual e a consultoria *in loco* serão realizados, preponderantemente, no âmbito do Estado da Bahia, considerando ser este o local da sede da CONTRATANTE e a unidade da Federação onde possui ela o maior número de processos, sem prejuízo da atuação da CONTRATADA em qualquer localidade do território nacional, diretamente, perante quaisquer instâncias, nos casos em que a natureza da demanda determine tal atuação.
- 6.6. A CONTRATADA será obrigada a se fazer representar pelos profissionais do seu quadro próprio (aqueles por ela elencados quando do procedimento licitatório ou os que vierem a substituí-los no curso da contratação), sempre que os serviços objeto deste contrato forem executados na Região Metropolitana de Salvador, assim compreendida como a área correspondente aos municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz, nos termos da Lei Complementar Federal número 14, de 8 de junho de 1973.
- 6.7. Quando instada a atuar em localidade diversa da Região Metropolitana de Salvador, a CONTRATADA poderá realizar os atos mediante correspondência jurídica, substabelecendo advogado não integrante de seu quadro de pessoal, porém sob sua inteira responsabilidade e orientação técnica, desde que tal medida se revele economicamente mais viável e não implique em perda de qualidade na execução do objeto contratual.
- 6.8. A CONTRATANTE poderá, por juízo de conveniência e oportunidade, solicitar o deslocamento de advogado integrante da equipe da CONTRATADA para acompanhamento imediato dos atos a serem praticados em localidade diversa da Região Metropolitana de Salvador sempre que entender que sua atuação seja essencial para a obtenção do resultado almejado com a prática dos atos.

7. FORMA DE REMUNERAÇÃO

- 7.1. A remuneração pelos serviços prestados será realizada mediante o pagamento de preços unitários específicos para cada item realizado e serviço comprovadamente prestado, nos seguintes termos:
- 7.2. Em todos os processos acompanhados, administrativos e judiciais, será pago o valor mensal de R\$ XX (XXX) por pasta, além do valor de R\$ XX (XXX) por hora técnica despendida para a prática dos mais diversos atos.
 - 7.2.1. Nas causas com baixo grau de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica para a CONTRATANTE, deverão ser observados os seguintes parâmetros para remuneração:
 - 7.2.1.1. Uma hora técnica para:
 - 7.2.1.1.1. Petições simples requerendo providências;
 - 7.2.1.1.2. Manifestação sobre documentos apresentados pela parte contrária;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- 7.2.1.1.3. Despachos com juiz ou diligências nas varas ou tribunais, solicitados ou previamente autorizados pela CONTRATANTE;
- 7.2.1.1.4. Embargos de declaração;
- 7.2.1.1.5. Audiências de conciliação;
- 7.2.1.1.6. de obtenção de provimento de urgência parcialmente favorável à BAHIA GÁS (concessão de decisão de urgência favorável ou revogação de decisão de urgência desfavorável), desde que ocorra dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE.
- 7.2.1.2. Até duas horas técnicas para:
 - 7.2.1.2.1. Resposta/defesa em procedimento administrativo;
 - 7.2.1.2.2. Embargos à execução;
 - 7.2.1.2.3. Pedido de suspensão de antecipação de tutela;
 - 7.2.1.2.4. Recurso inominado;
 - 7.2.1.2.5. Recurso administrativo;
 - 7.2.1.2.6. Agravo Interno;
 - 7.2.1.2.7. Informações em mandado de segurança;
 - 7.2.1.2.8. Audiências unas ou de instrução;
 - 7.2.1.2.9. Réplica;
 - 7.2.1.2.10. Sustentação oral;
 - 7.2.1.2.11. Pareceres jurídicos;
 - 7.2.1.2.12. Petições iniciais;
 - 7.2.1.2.13. Obtenção de provimento de urgência totalmente favorável à BAHIA GÁS (concessão de decisão de urgência favorável ou revogação de decisão de urgência desfavorável), desde que ocorra dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE.
 - 7.2.1.2.14. Análise de minutas de contrato.
- 7.2.1.3. Até três horas técnicas para:
 - 7.2.1.3.1. Agravo de instrumento;
 - 7.2.1.3.2. Apelação;
 - 7.2.1.3.3. Recurso Ordinário;
 - 7.2.1.3.4. Resposta à acusação;
 - 7.2.1.3.5. Recurso em sentido estrito;
 - 7.2.1.3.6. Manifestação sobre laudo pericial.
 - 7.2.1.3.7. Certidão de arquivamento emitida nos processos indicados no item 7.4 e 7.5;
- 7.2.1.4. Até quatro horas técnicas para:
 - 7.2.1.4.1. Recurso extraordinário;
 - 7.2.1.4.2. Recurso especial;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 7.2.1.4.3. Reclamação constitucional;
 - 7.2.1.4.4. Recurso de Revista;
 - 7.2.1.4.5. Contestação em processo judicial.
 - 7.2.1.5. Não serão remuneradas as petições de juntada de procuração e substabelecimento que deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, nos processos que forem passados para sua condução por decorrência da celebração desta contratação.
 - 7.2.2. Nas causas com grau médio de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica para a CONTRATANTE, serão consideradas o dobro das horas técnicas computadas conforme indicativo acima, salvo nos casos de petições simples requerendo providências, juntada de substabelecimento e procuração, audiências de conciliação e despachos com juiz ou diligências nas varas ou tribunais, solicitados ou previamente autorizados pela CONTRATANTE.
 - 7.2.3. Nas causas com alto grau de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica para a CONTRATANTE, serão consideradas o triplo das horas técnicas computadas conforme indicativo acima, salvo nos casos de petições simples requerendo providências, juntada de substabelecimento e procuração, audiências de conciliação e despachos com juiz ou diligências nas varas ou tribunais, solicitados ou previamente autorizados pela CONTRATANTE.
 - 7.2.4. Caberá à CONTRATANTE especificar, quando solicitar a inclusão do processo na base de acompanhamento da CONTRATADA, qual o seu grau de dificuldade técnica e/ou de relevância estratégica, podendo também alterá-lo a qualquer momento.
 - 7.2.5. A parte CONTRATADA poderá solicitar, a qualquer tempo, a readequação do status de enquadramento de cada um dos processos a ela distribuídos, de forma devidamente justificada, cabendo à CONTRATANTE decidir pela sua readequação, diante dos argumentos apresentados.
 - 7.2.6. Serão pagas horas técnicas para realização de reuniões de alinhamento e definições de estratégias de defesa entre membros da equipe da CONTRATADA e da CONTRATANTE, bem como para o acompanhamento de reuniões que envolvam interesse jurídico da CONTRATANTE, considerado o tempo efetivamente despendido, desde que previamente ajustados e autorizados pela CONTRATANTE.
 - 7.2.7. No caso de elaboração de petições ou prática de atos não expressamente elencados anteriormente, aplicar-se-á analogicamente as noções fixadas nos itens acima descritos.
 - 7.2.8. A não ratificação, pela CONTRATANTE, do relatório apresentado pela CONTRATADA não autoriza a CONTRATADA a se eximir do cumprimento de suas obrigações contratuais e da regular execução dos serviços objeto do contrato.
 - 7.3. Será pago pró-labore mensal, no montante de R\$ XX (XXX), por processo administrativo ou judicial distribuído à CONTRATADA, com exceção dos processos que tratem de desapropriação e/ou instituição de servidão administrativa e dos processos relativos à recuperação de crédito de interesse da Companhia, **para fins de acompanhamento da movimentação processual**, inclusive, mas não limitado, ao acompanhamento de publicações nos Diários Oficiais, resposta a demandas e questionamentos formulados, atualização de sistema eletrônico de acompanhamento processual próprio e/ou indicado pela CONTRATANTE, e emissão de relatórios ordinários e extraordinários solicitados.





EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 7.3.1. A remuneração de pró-labore deixará de ser percebida pela CONTRATADA a partir do momento em que não haja mais interesses da CONTRATANTE a serem defendidos no processo, como, por exemplo, após a certificação do trânsito em julgado nas ações de natureza declaratória, após a conclusão da fase de execução em ações indenizatórias etc.;
- 7.4. Todos os processos administrativos e os processos judiciais que tratem de desapropriação e/ou instituição de servidão administrativa não estão abarcados pela remuneração mensal a título de pró-labore, e serão remunerados, além dos honorários previstos no item 7.2, nos termos seguintes:
- 7.4.1. Uma hora técnica quando ocorrer:
- 7.4.1.1. Publicação de decisão judicial autorizando a imissão na posse;
 - 7.4.1.2. Efetiva imissão da Companhia na posse do imóvel;
 - 7.4.1.3. Publicação de decisão judicial determinando a realização de prova pericial.
- 7.4.2. Duas horas técnicas quando ocorrer:
- 7.4.2.1. Entrega do Laudo Pericial;
 - 7.4.2.2. Entrega de eventual Laudo Pericial Complementar;
 - 7.4.2.3. Publicação de sentença;
 - 7.4.2.4. Publicação de acórdãos.
- 7.5. Também os processos judiciais relativos à recuperação de crédito de interesse da CONTRATANTE (a exemplo de ações de cobrança, ações de execução de título extrajudicial, ações monitórias, entre outras) não estão abarcados pela remuneração mensal a título de pró-labore, e serão remunerados, além dos honorários previstos no item 7.2, nos termos seguintes:
- 7.5.1. Uma hora técnica quando ocorrer:
- 7.5.1.1. Expedição de mandado de citação;
 - 7.5.1.2. Efetiva citação do polo passivo;
 - 7.5.1.3. Obtenção, a requerimento da CONTRATANTE, de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade.
- 7.5.2. Duas horas técnicas quando ocorrer:
- 7.5.2.1. Atos de constrição de patrimônio;
 - 7.5.2.2. Atos de expropriação de patrimônio;
 - 7.5.2.3. Levantamento de valores, a requerimento da CONTRATANTE;
 - 7.5.2.4. Publicação de sentença;
 - 7.5.2.5. Publicação de acórdãos.
- 7.6. Os honorários de sucumbência, quando houver e forem determinados pelo juízo, pertencerão à CONTRATADA, desde que ela patrocine a causa do início ao fim.
- 7.7. Nas ações que não tenham sido patrocinadas pela CONTRATADA desde o início e nas quais os honorários de sucumbência tenham sido por ela executados e obtidos, estes serão rateados entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA



EDITAL DE LICITAÇÃO **Nº 0008/2026**

o valor proporcional ao tempo em que ela houver atuado nas referidas causas em relação ao tempo total do processo, e à CONTRATANTE o restante.

- 7.8. Se, por qualquer motivo, a CONTRATADA deixar de patrocinar quaisquer das causas que forem postas sob seu patrocínio em decorrência deste contrato, fará jus ao recebimento, pela CONTRATANTE, apenas da remuneração correspondente aos atos efetivamente praticados, conforme estabelecido nos tópicos supra, cabendo-lhe buscar, ao final de tais ações, a divisão de eventuais honorários sucumbenciais fixados pelo o juízo da causa, diretamente perante tal órgão jurisdicional.
- 7.9. Para fins do disposto nos itens anteriores, à respeito da sucumbência, quanto aos processos já em curso repassados ao acompanhamento da CONTRATADA, apenas serão considerados os êxitos posteriores à efetiva atuação da CONTRATADA, mediante peça processual de substância para a solução da lide, de acordo com a fase processual (contestação, Apelação, Recurso Extraordinário e outras da mesma natureza), ou peça que tenha por objeto o esclarecimento de controvérsia quanto ao levantamento de valores, não servindo, para tanto, a mera habilitação no processo (simples petição de juntada de procuração, substabelecimento e atos constitutivos, requerimento para levantamento de valores, entre outros).
- 7.10. As horas técnicas a serem pagas dirão respeito aos serviços prestados pela CONTRATADA e, sob nenhuma hipótese, serão consideradas em relação ao número de profissionais designados pela CONTRATADA para a realização dos serviços.
- 7.11. Quando solicitado o deslocamento de advogado integrante da equipe da CONTRATADA para localidades diversas da Região Metropolitana de Salvador, a CONTRATADA fará jus ao reembolso das despesas com transporte e hospedagem, quando for preciso, desde que previamente autorizadas pela CONTRATANTE, mediante devida comprovação.
- 7.12. Não serão reembolsadas quaisquer despesas com deslocamento, estacionamento e/ou alimentação dos profissionais referentes aos serviços realizados na Região Metropolitana de Salvador.
- 7.13. No caso de contratação de terceiros não integrantes do quadro de pessoal da CONTRATADA para a realização de atos mediante correspondência jurídica, o valor das diligências e/ou atos será reembolsado pela CONTRATANTE, mediante comprovação da execução das atividades e do efetivo pagamento pela CONTRATADA, e desde que tanto as diligências e/ou atos como os seus valores sejam previamente aprovados pela CONTRATANTE.
- 7.14. Não haverá o pagamento de qualquer outra verba referente ao acompanhamento de processo ou sob qualquer outra rubrica, senão as expressamente previstas neste contrato.
- 7.15. No preço da CONTRATADA estão comportados todos os custos necessários à consecução do objeto, tais como tributos, taxas, contribuições e/ou encargos trabalhistas e previdenciários, inclusive lucro da CONTRATADA, não havendo nenhum valor adicional a cobrar da CONTRATANTE para consecução do objeto pretendido.

8. LOTES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Na ocasião da licitação anterior para a contratação de prestadores dos serviços que são objeto deste contrato, a CONTRATANTE, no pleno exercício dos critérios da conveniência e oportunidade, optou pela reunião das matérias cível, consumerista, ambiental, empresarial, penal, trabalhista e previdenciária (e demandas de órgãos administrativos correlatos) numa única contratação, sob o argumento de que representaria maior economicidade, porquanto a gestão do contrato seria realizada

EDITAL DE LICITAÇÃO

Nº 0008/2026

- somente perante um prestador de serviços, ao passo que seria também tecnicamente recomendável, considerando que as demandas da BAHIA GÁS, por vezes, envolviam matérias distintas, que necessitariam de uma análise conjunta realizada por um mesmo prestador de serviços.
- 8.2. Em sua busca por economicidade, o formato anterior do certame priorizou, em alguma maneira, a obtenção da proposta de preços em menor valor, sem abordar, com relevância, as condições incomuns às quais a CONTRATANTE está submetida, acima apresentadas.
- 8.3. Todavia, a gestão do contrato em formato unificado não demonstrou qualquer ganho de eficiência ou produtividade em sua execução por um único prestador de serviços. Não foram identificadas vantagens relevantes no que diz respeito à gestão compartilhada das matérias, principalmente porque, diante das suas próprias condições de especificidade, o que se verificou é que elas foram conduzidas por núcleos diversos da estrutura interna do prestador de serviços, os quais não dialogavam entre si. Também não foram identificadas vantagens no que diz respeito à qualidade nas teses jurídicas da CONTRATANTE, nos resultados finais em processos ou no atendimento consultivo generalista.
- 8.4. Agora, considerando as experiências adquiridas com os procedimentos licitatórios e nas contratações anteriores, e considerando as situações que as condições específicas de sua atividade empresarial exigem, a CONTRATANTE busca a promoção de maior competitividade no processo de escolha, melhor atendimento às demandas solicitadas e maior grau de especialização dos futuros contratados, de modo a alcançar a máxima eficiência na execução dos seus objetivos sociais.
- 8.5. Por isso, os serviços a serem executados, conforme descrição no tópico anterior, serão selecionados por afinidade entre os ramos do direito e por especificidade:
- 8.5.1. Processos cíveis, consumeristas, ambientais, empresariais, penais e demandas de órgãos administrativos correlatos.
- 8.5.1.1. Envolve a atuação contenciosa e consultiva, conforme objeto contratual, em demandas cujos principais temas são: contratos administrativos, relação de consumo com concessionária de serviço público, responsabilidade civil contratual e extracontratual, concurso público, licitação, desapropriação, servidão administrativa, regulação, licenciamento e fiscalização ambiental, fiscalização por conselhos profissionais, entre outros.
- 8.5.1.2. Serão substabelecidos, imediatamente, um número estimado 250 (duzentos e oito) processos, sendo:
- 8.5.1.2.1. 210 (duzentos e dez) processos judiciais, nas mais diversas instâncias decisórias, com a maior parte deles tramitando no Estado da Bahia; e
- 8.5.1.2.2. 40 (quarenta) processos administrativos, nos mais diversos órgãos e instâncias decisórias, com a maior parte deles tramitando no Estado da Bahia.
- 8.5.2. Não se aplica
- 8.5.3. Não se aplica
- 8.6. Considerando os três lotes de contratação, a CONTRATANTE acredita que possua, em média, 10% (dez por cento) de processos considerados como de alto grau de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica, 20% (vinte por cento) de processos considerados como de grau médio de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica, e 70% (setenta por cento) de processos considerados como de baixo grau de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- 8.7. Esse percentual é meramente estimativo, podendo variar entre os lotes, assim como se alterar tanto no curso da licitação, como no curso da relação contratual.

9. REQUISITOS MÍNIMOS DE ESPECIALIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA.

- 9.1. Conforme descrito no tópico referente às justificativas para a contratação, o fato de a CONTRATANTE ser empresa estatal e concessionária de serviço público a exige uma atuação absolutamente inusual, diferenciada quando se comparada com empresas privadas sem participação do Estado em seu capital social e de entes da Administração Pública que não atuam em regime concorrencial.
- 9.2. Deste modo, os requisitos mínimos de especialização e experiência que serão exigidos da CONTRATADA estão alinhados com a condição inusual da CONTRATANTE, o que, por óbvio, reflete diretamente no objeto desta contratação.
- 9.3. Com efeito, serão exigidas comprovações de capacidade técnica profissional tanto do Escritório de advocacia enquanto instituição, como do profissional por ele indicado para ser o responsável técnico dos serviços a serem executados, consoante permissivo presente no Regulamento de Licitações e Contratos da BAHIA GÁS, nos seguintes termos:

9.3.1. Capacidade técnica profissional do Escritório de advocacia:

- 9.3.1.1. De modo a obter a condição mais vantajosa para a CONTRATANTE, relevante princípio do direito administrativo, busca-se a contratação de Escritórios de advocacia que possuam experiência comprovada nas áreas do conhecimento essenciais pela empresa, considerando principalmente a sua atuação perante empresas estatais e entidades ou órgãos prestadores de serviço público.
- 9.3.1.2. É indispensável que os Escritórios contratados possuam experiência não apenas na atuação pontual em processos (judiciais e/ou administrativos) ou consultas específicas, mas experiência na gestão de carteira de processos e consultivo com determinado volume de demanda, onde se comprova a capacidade de gerir, de modo simultâneo, demandas com diversidades de prazos, matérias e importância para o cliente.
- 9.3.1.3. Com isso, como condição de habilitação, será exigida a comprovação de atuação do Escritório de advocacia, dentro dos objetos relacionados em cada lote - com atuação consultiva e/ou atuação contenciosa – em carteira de processos com, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do volume de processos a serem substabelecidos, **tanto** em empresas estatais **como** em entes prestadores de serviço público.
- 9.3.1.3.1. A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, em nome do Escritório de advocacia, compatível(is) em características, quantidades e prazos com o objeto do contrato. Poderão ser utilizados até 04 (quatro) atestados diferentes para esse objetivo.
- 9.3.1.4. Todo atestado deverá ser apresentado em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público e/ou privado responsável pela emissão do atestado, devidamente assinado, constando a descrição dos serviços executados, o nome da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, CNPJ, endereço, o representante legal ou autoridade responsável pela emissão.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 9.3.1.4.1. Os atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão conter o reconhecimento de firma, em cartório, da assinatura do emitente do atestado. O reconhecimento de firma poderá ser dispensado caso seja apresentado, juntamente com o atestado, documento de identidade do signatário, com o qual se possa comprovar a compatibilidade da sua assinatura aposta no atestado, em análise a ser realizada pelo Comitê de Licitação. Em caso de assinatura digital, ela deverá ser realizada por meio de certificado disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), considerando a previsão de presunção de veracidade de tais assinaturas (art. 10 da MP nº 2.200-2/2001).
- 9.3.1.5. O atestado também deverá conter a razão social do Escritório de advocacia, com seu respectivo CNPJ, endereço da sede e o prazo da prestação dos serviços.
- 9.3.1.6. A CONTRATANTE se reserva ao direito de, caso julgue necessário, solicitar outros documentos aos Escritórios de advocacia para comprovar as informações constantes em atestados, a exemplo de cópia autenticada do contrato de prestação de serviços correspondente ao atestado emitido, faturas referentes ao contrato, peças elaboradas, de comunicações com o contratante, dentre outros.
- 9.3.1.7. O atestado que for emitido por empresa estatal prestadora de serviço público poderá ser utilizado para a comprovação das duas exigências, caso se mostre apto para tanto.
- 9.3.2. Capacidade técnica do profissional indicado como responsável técnico:
- 9.3.2.1. Buscando a excelência na prestação do serviço a ser contratado, a CONTRATANTE considera absolutamente relevante o Escritório de advocacia indique como responsável técnico pela elaboração dos produtos dessa contratação, material técnico jurídico especializado, possua requisitos mínimos de especialização e tempo de atuação nas áreas do conhecimento indicadas em cada um dos lotes.
- 9.3.2.1.1. Para o lote de processos cíveis, consumeristas, ambientais, empresariais, penais e demandas de órgãos administrativos correlatos serão exigidos do responsável técnico o grau de, ao menos, especialista em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor ou Direito Administrativo (Direito do Estado ou Direito Público), além de experiência comprovada de, ao menos, 05 (cinco) anos de atuação em qualquer dessas áreas como advogado.
- 9.3.2.2. A comprovação da condição de especialista, indicada nos itens anteriores, se dará por meio de apresentação de declaração e/ou certidão de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 9.3.2.3. A comprovação do tempo mínimo de experiência se dará por meio da apresentação de:
- 9.3.2.3.1. cópia da carteira funcional da Ordem dos Advogados do Brasil do responsável técnico ou de documento oficial, emitido pela OAB, que comprove o seu tempo de inscrição na mencionada entidade como advogado; e
 - 9.3.2.3.2. cópias de 05 (cinco) peças processuais, dentre as indicadas nos subitens 7.2.1.2, 7.2.1.3 e 7.2.1.4, do Memorial Descritivo, protocoladas nos órgãos judiciários ou administrativos competentes até a data da sessão de abertura, por ano de atuação, em processos judiciais distintos e subscritas pelo responsável técnico.
- 9.3.2.4. O responsável técnico deverá, necessariamente, ser sócio integrante da CONTRATADA ou que com ela manter vínculo de trabalho profissional;
- 9.3.2.4.1. A vinculação do profissional com a CONTRATADA poderá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos: carteira de trabalho devidamente anotada, em caso de advogado empregado; ou contrato de advogado associado, na forma do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos advogados do Brasil; ou sócio relacionado no contrato social.
- 9.3.2.5. O advogado indicado como responsável técnico pela execução do objeto contratual deverá ser mantido durante toda a contratação, sendo possível a sua substituição por outro advogado que atenda aos requisitos mínimos exigidos nesta seção.
- 9.3.2.6. Ao advogado indicado como responsável técnico caberá a gestão do objeto contratual, sendo ele o responsável pelo contato direto com a CONTRATANTE, pela subscrição das peças processuais e opinativos, pela participação em reuniões, quando convocado, pela participação em audiências de instrução e julgamento e sustentações orais, salvo justificada impossibilidade de participação ou comprovada desnecessidade de sua atuação para a obtenção do proveito final pretendido.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A CONTRATADA deverá comprovar a constituição da Sociedade de Advogados, para o que será considerado o registro da Sociedade na Ordem dos Advogados do Brasil.
- 10.2. Todos os advogados envolvidos na prestação dos serviços, designados pela CONTRATADA, deverão comprovar sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, no ato da assinatura do Contrato.
- 10.3. A CONTRATADA deve comprovar que possui Escritório regularmente instalado, contendo rede de computadores e sistema de gestão de processos, devendo ainda a CONTRATADA informar o endereço do Escritório, os números de telefone e fax, além do e-mail e celular dos responsáveis pelo acompanhamento da demanda.
- 10.4. A CONTRATADA e seus sócios deverão apresentar, sob as penas da lei, além das condições de impedimento para celebrar contratos com a CONTRATANTE presentes no Regulamento de Licitações e Contratos da BAHIA GÁS, declarações de que:



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 10.4.1. Não ocupam cargo de direção e/ou gerencial em quaisquer empresas fornecedoras ou clientes da BAHAGÁS;
 - 10.4.2. Não foram parte em causas contra a BAHAGÁS, em processo que não tenha sido extinto há pelo menos 01 (um) ano, contado da data de publicação do edital de licitação;
 - 10.4.3. Não patrocinam ou tenham patrocinado causas contra a BAHAGÁS, em processo que não tenha transitado em julgado há pelo menos 01 (um) ano, contado da data de publicação do edital de licitação;
 - 10.4.4. Não patrocinam ou tenham patrocinado causas contra a BAHAGÁS, em processo que não tenham renunciado aos poderes de representação ou substabelecido sem reservas há pelo menos 06 (seis) meses, contado da data de publicação do edital de licitação;
 - 10.4.5. Não patrocinam ou tenham patrocinado causas contra os acionistas da BAHAGÁS, especificamente em ações que impliquem em repercussões diretas ou indiretas à BAHAGÁS ou seus interesses, em processo que não tenha transitado em julgado há pelo menos um ano, contado da data de publicação do edital de licitação;
 - 10.4.6. Não patrocinam ou tenham patrocinado causas contra os acionistas da BAHAGÁS, especificamente em ações que impliquem em repercussões diretas ou indiretas à BAHAGÁS ou seus interesses, em processo que não tenham renunciado aos poderes de representação ou substabelecido sem reservas há pelo menos 06 (seis) meses, contado da data de publicação do edital de licitação;
 - 10.4.7. Compromete-se a não litigar, diretamente ou por pessoa física ou jurídica interposta, contra a CONTRATANTE e seu acionista controlado, o Estado da Bahia, durante a vigência deste Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, estendendo-se o compromisso ora assumido pelos 04 (quatro) meses subsequentes ao término deste negócio jurídico, ressalvadas as seguintes situações:
 - 10.4.7.1. Quando se tratar de percepção de remuneração, benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;
 - 10.4.7.2. Para postular tutela de urgência destinada e evitar procedimento de direito em razão de fato atual ou iminente, hipótese em que a CONTRATADA substabelecerá o mandato que lhe foi outorgado imediatamente após a apreciação da medida liminar ou da antecipação de tutela requeridas, ou logo depois da interposição de recurso contra decisão denegatória das tutelas referidas;
 - 10.4.7.3. Nas causas assumidas para patrocínio contra a CONTRATANTE e o Estado da Bahia antes da assinatura do instrumento contratual, exclusivamente quanto a decisão transitada em julgado e já em fase de execução.
 - 10.5. A CONTRATADA deverá integrar, em suas avaliações e considerações, a legislação aplicável à CONTRATANTE e as melhores práticas identificadas no mercado.
 - 10.6. A CONTRATADA deverá encaminhar todas as produções em formato *word* editável, cujo conteúdo poderá ser utilizado pela CONTRATANTE, podendo a CONTRATANTE, quando julgar necessário, condicionar o protocolo de peças processuais a sua prévia validação de conteúdo. Nos processos classificados como de alta complexidade e/ou relevância para CONTRATANTE, a validação prévia das peças processuais é obrigatória.

EDITAL DE LICITAÇÃO

Nº 0008/2026

- 10.7. No início da vigência do contrato, a CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA um relatório dos processos que serão repassados ao seu acompanhamento. Recebido o relatório, caberá a CONTRATADA realizar levantamento detalhado acerca do *status* atual de cada processo, posicionando a CONTRATANTE acerca de todas as pendências porventura existentes, bem como realizar o protocolo das devidas petições de juntada de procuração e substabelecimento.
- 10.8. A CONTRATADA deverá encaminhar, até o dia 05 de cada mês (relatório ordinário) e sempre que solicitado (relatório extraordinário), à CONTRATANTE, relatórios de serviços prestados mensalmente, contendo as atividades realizadas e ordens de serviço a que se referem, juntamente com as cópias dos documentos produzidos.
- 10.9. Os relatórios serão, preferencialmente, emitidos pelo sistema de gerenciamento de processos escolhido pela CONTRATANTE, e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: partes; natureza da ação; juízo; comarca; valor da causa; valores despendidos pela CONTRATANTE a título de depósitos judiciais, preparo, custas, garantia, bloqueio; valores liberados à CONTRATANTE ou à parte contrária, devidamente atualizados; prognóstico; resumo do estado do processo e principais andamentos processuais. Outras informações poderão ser solicitadas a critério da CONTRATANTE e incorporadas ao rol mínimo de informações.
- 10.10. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, emitir relatório mensal atualizado dos bloqueios e depósitos judiciais/recursais dos processos sob o seu patrocínio, contendo ainda indicativo dos dispêndios realizados pela CONTRATANTE com custas processuais em cada um destes processos.
- 10.11. A CONTRATADA deverá participar de reuniões sempre que solicitado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 03 (três) horas, salvo impossibilidade devidamente comprovada. Respeitada tolerância de 10 (dez) minutos, o atraso no comparecimento dos representantes designados pela CONTRATADA na reunião acarretará desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das horas técnicas que foram devidas por ocasião da reunião.
- 10.12. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de fatos relevantes no processo no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da divulgação oficial da informação. O descumprimento dessa obrigação pela CONTRATADA acarretará desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das horas técnicas que sejam devidas por ocasião da sua próxima manifestação no processo.
- 10.13. A CONTRATADA deverá demonstrar à CONTRATANTE a necessidade de adoção de qualquer medida judicial, inclusive interposição de recursos, mediante encaminhamento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ciência da decisão, de relatório que reporte a síntese da decisão recorrida e da tese recursal, a probabilidade de êxito e/ou prejuízos da não interposição, e termo final do prazo, juntamente com a solicitação de depósito recursal e/ou custas processuais, acompanhadas impreterivelmente das respectivas guias de recolhimento devidamente preenchidas, quando for o caso. O descumprimento dessa obrigação pela CONTRATADA acarretará desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das horas técnicas que sejam devidas por ocasião da sua próxima manifestação no processo.
- 10.14. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá sustar a interposição de qualquer recurso, mediante simples comunicação à CONTRATADA.
- 10.15. A solicitação pela CONTRATADA de pagamento de quaisquer despesas processuais deverá ser encaminhada para o(s) endereço(s) eletrônico(s) indicado(s) pela CONTRATANTE, acompanhada da respectiva guia de recolhimento devidamente preenchida, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis ao termo final do prazo. O descumprimento dessa obrigação pela CONTRATADA acarretará desconto de 50%



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

- (cinquenta por cento) sobre o valor das horas técnicas que sejam devidas por ocasião da sua próxima manifestação no processo.
- 10.16. Em caso de inobservância dos prazos fixados no item acima, a CONTRATADA deverá efetuar o respectivo recolhimento com posterior encaminhamento do comprovante de pagamento, devendo a CONTRATANTE efetuar o reembolso no prazo de 7 (sete) dias úteis.
- 10.17. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá repassar valores, mediante depósito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, para fins de pagamento de custas e/ou despesas processuais, devendo a CONTRATADA encaminhar comprovante de pagamento da respectiva guia de recolhimento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.18. A CONTRATADA deverá realizar as diligências solicitadas pela CONTRATANTE, devendo efetivar a devida comprovação do evento por quaisquer meios físicos fáticos que justifiquem a sua ação presencial na referida diligência.
- 10.19. A CONTRATADA deve comprovar que possui sistema informatizado de controle de processos, no qual deverá ter um controle de exportação e importação de dados relevantes e homologado pelo CONTRATANTE. A comprovação de que possui sistema informatizado de acompanhamento de processos será realizada por meio da apresentação de cópia do contrato de licença de uso em nome da sociedade de advogados ou de um dos sócios;
- 10.20. Será possível a subcontratação para a prestação de serviços na área penal, em razão das suas especificidades, mediante prévia e expressa anuência da CONTRATANTE e mantidas todas as condições de remuneração deste contrato.
- 10.21. Verificado o encerramento do processo ou exclusão definitiva da CONTRATANTE da lide, a CONTRATADA deverá solicitar a dispensa de acompanhamento, mediante o encaminhamento de relatório específico que contemple todas as informações dos itens 10.9 e 10.10.
- 10.22. A critério da CONTRATANTE, poderá ser ajustado o encaminhamento dos relatórios e cópias das peças processuais protocoladas, por meio digital.
- 10.23. A CONTRATADA deverá providenciar cópias completas dos processos sob seu patrocínio quando solicitado pela Contratante e mediante reembolso das despesas de reprografia devidamente comprovadas.
- 10.24. A CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, o nome e contato de advogado membro da equipe da CONTRATADA ou advogado correspondente que irá acompanhar audiência designada, requerendo o devido substabelecimento quando necessário, bem como carta de preposição. O descumprimento dessa obrigação pela CONTRATADA acarretará desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das horas técnicas que sejam devidas por ocasião da sua próxima manifestação no processo.
- 10.25. É responsabilidade da CONTRATADA solicitar à CONTRATANTE a indicação de preposto e a apresentação dos subsídios necessários para a elaboração das peças processuais para a defesa da CONTRATANTE em juízo.
- 10.26. As consultas realizadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA devem ser respondidas em até 5 (cinco) dias corridos, podendo este prazo ser reduzido ou estendido a critério da Companhia, a depender da natureza do processo ou da relevância do objeto da consulta. O descumprimento dessa obrigação pela CONTRATADA acarretará desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das horas técnicas que sejam devidas por ocasião da consulta.



EDITAL DE LICITAÇÃO

Nº 0008/2026

- 10.27. As consultas poderão ser feitas por e-mail, ofício ou similar, enviado pelo gestor do contrato ou representante da CONTRATANTE devidamente identificado.
- 10.28. Após encerrado o prazo contratual, a CONTRATADA permanecerá obrigada a acompanhar e informar à CONTRATANTE quaisquer citações, intimações, notificações e comunicações nos processos que estiveram sob seu patrocínio, pelo prazo de 30 (trinta) dias, salvo se a CONTRATANTE se manifestar em sentido contrário, sem direito à percepção de qualquer remuneração.
- 10.29. A CONTRATADA se compromete a conhecer o Regulamento de Licitações e Contratos da BAHIA GÁS e o Código de Ética da BAHIA GÁS, bem como a cumprir todas as normas neles contidas que lhe sejam aplicáveis em razão da sua condição de prestadora de serviços da CONTRATANTE.

11. OUTROS ASPECTOS

- 11.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de se fazer representar por seu corpo jurídico, ou por profissional por ela indicado, em qualquer processo ou movimentação processual, quando presentes os aspectos de conveniência e oportunidade, bem como a contratação de outros profissionais com estipulação de honorários diferenciados em razão do grau de especialização da matéria ou valor da causa.
- 11.2. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, retirar qualquer processo da base acompanhamento da CONTRATADA, quando presentes os aspectos de conveniência e oportunidade, podendo repassá-lo ao seu corpo jurídico próprio ou a profissionais por ela indicados, com estipulação de honorários diferenciados em razão do grau de especialização da matéria ou valor da causa.
- 11.3. As comunicações poderão ser realizadas por e-mail, ofício ou similar.
- 11.4. O ajuizamento de novos processos judiciais e administrativos, na defesa dos interesses da CONTRATANTE, será precedido de análise das chances de êxito elaborada pela CONTRATADA e de autorização expressa da CONTRATANTE neste sentido.
- 11.5. A CONTRATANTE encaminhará instrumentos de procuração e/ou substabelecimento, atos constitutivos, subsídios, dentre outros documentos, preferencialmente, por meio digital, cabendo à CONTRATADA informar a necessidade de remessa de vias físicas dos documentos.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PELA BAHIA GÁS

- 12.1. A Gerência Jurídica ou órgão equivalente fiscalizará a execução dos serviços bem como atestará a prestação de tais serviços, cabendo-lhe a orientação geral da atuação da CONTRATADA.
- 12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de conferir e criticar os materiais criados, bem como solicitar explicações sobre razões de certos e determinados textos e formatos estruturados de documentos.

13. GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO

A CONTRATADA se obrigará a ajustar os materiais criados que tiverem na percepção e avaliação da CONTRATANTE defeitos ou impropriedades percebidas por até 12 (doze) meses após findo o contrato, não se aplicando tais considerações aos prazos processuais já vencidos.

14. REQUISITOS DE QSSMA

- 14.1. Remete-se aos previstos no anexo contratual IV (Q12), no que for cabível, não havendo requisitos especiais.
- 14.2. Especificamente em relação ao meio ambiente, deverá a CONTRATADA dar preferência a críticas e criações textuais em meio eletrônico, evitando consumo de papel.



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

ANEXO I - A
(RELATÓRIO PROCESSUAL)

RELATÓRIO PROCESSUAL - DATA:

DADOS DO PROCESSO

NÚMERO DO PROCESSO:	
AUTOR:	
RÉU:	
TIPO DE PROCESSO:	
DÍVIDA ATIVA:	
PERÍODO DE COBRANÇA:	
DATA DA DISTRIBUIÇÃO:	
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS:	
RITO:	
EMBARGOS DE EXECUÇÃO:	
PROCESSO ADMINISTRATIVO ORIGINÁRIO:	
VALOR:	
GARANTIA:	
TIPO DE GARANTIA:	
CUSTAS:	

FASE DE CONHECIMENTO



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

RESUMO DA INICIAL:

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

(...)

PEDIDOS DO RECLAMANTE:

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

(...)

ANDAMENTOS PROCESSUAIS:

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

(...)

Decisão

Sentença

Guia de Pagamento

Etc.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

CONDENAÇÃO 1º GRAU:

FASE RECURSAL

ANDAMENTOS PROCESSUAIS:

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

(...)

DECISÃO DO 2º

DECISÃO STJ

DECISÃO STF

FASE DE EXECUÇÃO

ANDAMENTOS PROCESSUAIS:

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

(...)



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

CONDENAÇÃO:

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

dd.mm.ano -

(...)

CONCLUSÃO

CONDENAÇÃO ATUAL:

N/A

SITUAÇÃO ATUAL:

Aguardando

PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS:

N/A



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

ANEXO II
(Q7 - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS)

PLANILHA DE PREÇO TOTAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR (R\$)
S11S186K0350005	Serviços Jurídicos especializados nas áreas cível, consumerista, ambiental, empresarial, penal e demandas de órgãos administrativos correlatos.	VB	1	
Valor Total (R\$)				

PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	P. UNIT. (R\$)
1	Acompanhamento mensal de processos administrativos e judiciais	UN	R\$ __ por pasta
2	Execução de horas técnicas	UN	R\$ ____



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

ANEXO III (Q8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS)

1. Forma de remuneração, recebimento dos serviços e medição

1.1. A remuneração pelos serviços prestados será realizada mediante o pagamento de preços unitários específicos para cada item realizado e serviço comprovadamente prestado, nos seguintes termos:

1.2. Em todos os processos acompanhados, administrativos e judiciais, será pago o valor informado no ANEXO II (Q7 – Planilha de Preços Unitários), por pasta acompanhada, além do valor da execução da hora técnica despendida para a prática dos mais diversos atos.

1.2.1 Nas causas com baixo grau de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica para a CONTRATANTE, deverão ser observados os seguintes parâmetros para remuneração:

1.2.1.1. Uma hora técnica para:

- 1.2.1.1.1. Petições simples requerendo providências;
- 1.2.1.1.2. Manifestação sobre documentos apresentados pela parte contrária;
- 1.2.1.1.3. Despachos com juiz ou diligências nas varas ou tribunais, solicitados ou previamente autorizados pela CONTRATANTE;
- 1.2.1.1.4. Embargos de declaração;
- 1.2.1.1.5. Audiências de conciliação;
- 1.2.1.1.6. de obtenção de provimento de urgência parcialmente favorável à BAHIA GÁS (concessão de decisão de urgência favorável ou revogação de decisão de urgência desfavorável), desde que ocorra dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE.

1.2.1.2. Até duas horas técnicas para:

- 1.2.1.2.1. Resposta/defesa em procedimento administrativo;
- 1.2.1.2.2. Embargos à execução;
- 1.2.1.2.3. Pedido de suspensão de antecipação de tutela;
- 1.2.1.2.4. Recurso inominado;
- 1.2.1.2.5. Recurso administrativo;
- 1.2.1.2.6. Agravo Interno;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

-
- 1.2.1.2.7. Informações em mandado de segurança;
 - 1.2.1.2.8. Audiências unas ou de instrução;
 - 1.2.1.2.9. Réplica;
 - 1.2.1.2.10. Sustentação oral;
 - 1.2.1.2.11. Pareceres jurídicos;
 - 1.2.1.2.12. Petições iniciais;
 - 1.2.1.2.13. Obtenção de provimento de urgência totalmente favorável à BAHIA GÁS (concessão de decisão de urgência favorável ou revogação de decisão de urgência desfavorável), desde que ocorra dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE.
 - 1.2.1.2.14. Análise de minutas de contrato.
 - 1.2.1.3. Até três horas técnicas para:
 - 1.2.1.3.1. Agravo de instrumento;
 - 1.2.1.3.2. Apelação;
 - 1.2.1.3.3. Recurso Ordinário;
 - 1.2.1.3.4. Resposta à acusação;
 - 1.2.1.3.5. Recurso em sentido estrito;
 - 1.2.1.3.6. Manifestação sobre laudo pericial.
 - 1.2.1.3.7. Certidão de arquivamento emitida nos processos indicados no item 1.4 e 1.5;
 - 1.2.1.4. Até quatro horas técnicas para:
 - 1.2.1.4.1. Recurso extraordinário;
 - 1.2.1.4.2. Recurso especial;
 - 1.2.1.4.3. Reclamação constitucional;
 - 1.2.1.4.4. Recurso de Revista;
 - 1.2.1.4.5. Contestação em processo judicial.
 - 1.2.1.5. Não serão remuneradas as petições de juntada de procuração e substabelecimento que deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, nos processos que forem passados para sua condução por decorrência da celebração desta contratação.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

1.2.2 Nas causas com grau médio de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica para a CONTRATANTE, serão consideradas o dobro das horas técnicas computadas conforme indicativo acima, salvo nos casos de petições simples requerendo providências, juntada de substabelecimento e procuração, audiências de conciliação e despachos com juiz ou diligências nas varas ou tribunais, solicitados ou previamente autorizados pela CONTRATANTE.

1.2.3 Nas causas com alto grau de dificuldade técnica e/ou relevância estratégica para a CONTRATANTE, serão consideradas o triplo das horas técnicas computadas conforme indicativo acima, salvo nos casos de petições simples requerendo providências, juntada de substabelecimento e procuração, audiências de conciliação e despachos com juiz ou diligências nas varas ou tribunais, solicitados ou previamente autorizados pela CONTRATANTE.

1.2.4 Caberá à CONTRATANTE especificar, quando solicitar a inclusão do processo na base de acompanhamento da CONTRATADA, qual o seu grau de dificuldade técnica e/ou de relevância estratégica, podendo também alterá-lo a qualquer momento.

1.2.5 A parte CONTRATADA poderá solicitar, a qualquer tempo, a readequação do status de enquadramento de cada um dos processos a ela distribuídos, de forma devidamente justificada, cabendo à CONTRATANTE decidir pela sua readequação, diante dos argumentos apresentados.

1.2.6 Serão pagas horas técnicas para realização de reuniões de alinhamento e definições de estratégias de defesa entre membros da equipe da CONTRATADA e da CONTRATANTE, bem como para o acompanhamento de reuniões que envolvam interesse jurídico da CONTRATANTE, considerado o tempo efetivamente despendido, desde que previamente ajustados e autorizados pela CONTRATANTE.

1.2.7 No caso de elaboração de petições ou prática de atos não expressamente elencados anteriormente, aplicar-se-á analogicamente as noções fixadas nos itens acima descritos.

1.2.8 A não ratificação, pela CONTRATANTE, do relatório apresentado pela CONTRATADA não autoriza a CONTRATADA a se eximir do cumprimento de suas obrigações contratuais e da regular execução dos serviços objeto do contrato.

1.3. Será pago pró-labore mensal, no montante estabelecido no ANEXO II (Q7 – Planilha de Preços Unitários), por processo administrativo ou judicial distribuído à CONTRATADA, com exceção dos processos que tratem de desapropriação e/ou instituição de servidão administrativa e dos processos relativos à recuperação de crédito de interesse da Companhia, para fins de acompanhamento da movimentação processual, inclusive, mas não limitado, ao acompanhamento de publicações nos Diários Oficiais, resposta a demandas e questionamentos formulados,





EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

atualização de sistema eletrônico de acompanhamento processual próprio e/ou indicado pela CONTRATANTE, e emissão de relatórios ordinários e extraordinários solicitados..

1.3.1. A remuneração de pró-labore deixará de ser percebida pela CONTRATADA a partir do momento em que não haja mais interesses da CONTRATANTE a serem defendidos no processo, como, por exemplo, após a certificação do trânsito em julgado nas ações de natureza declaratória, após a conclusão da fase de execução em ações indenizatórias etc.;

1.4. Todos os processos administrativos e os processos judiciais que tratem de desapropriação e/ou instituição de servidão administrativa não estão abarcados pela remuneração mensal a título de pró-labore, e serão remunerados, além dos honorários previstos no item 1.2, nos termos seguintes:

1.4.1. Uma hora técnica quando ocorrer:

- 1.4.1.1. Publicação de decisão judicial autorizando a imissão na posse;
- 1.4.1.2. Efetiva imissão da Companhia na posse do imóvel;
- 1.4.1.3. Publicação de decisão judicial determinando a realização de prova pericial.

1.4.2. Duas horas técnicas quando ocorrer:

- 1.4.2.1. Entrega do Laudo Pericial;
- 1.4.2.2. Entrega de eventual Laudo Pericial Complementar;
- 1.4.2.3. Publicação de sentença;
- 1.4.2.4. Publicação de acórdãos.

1.5. Também os processos judiciais relativos à recuperação de crédito de interesse da CONTRATANTE (a exemplo de ações de cobrança, ações de execução de título extrajudicial, ações monitórias, entre outras) não estão abarcados pela remuneração mensal a título de pró-labore, e serão remunerados, além dos honorários previstos no item 1.2, nos termos seguintes:

1.5.1. Uma hora técnica quando ocorrer:

- 1.5.1.1. Expedição de mandado de citação;
- 1.5.1.2. Efetiva citação do polo passivo;
- 1.5.1.3. Obtenção, a requerimento da CONTRATANTE, de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade.

1.5.2. Duas horas técnicas quando ocorrer:

- 1.5.2.1. Atos de constrição de patrimônio;
- 1.5.2.2. Atos de expropriação de patrimônio;
- 1.5.2.3. Levantamento de valores, a requerimento da CONTRATANTE;
- 1.5.2.4. Publicação de sentença;



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

1.5.2.5. Publicação de acórdãos.

1.6. Os honorários de sucumbência, quando houver e forem determinados pelo juízo, pertencerão à CONTRATADA, desde que ela patrocine a causa do início ao fim.

1.7. Nas ações que não tenham sido patrocinadas pela CONTRATADA desde o início e nas quais os honorários de sucumbência tenham sido por ela executados e obtidos, estes serão rateados entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA o valor proporcional ao tempo em que ela houver atuado nas referidas causas em relação ao tempo total do processo, e à CONTRATANTE o restante.

1.8. Se, por qualquer motivo, a CONTRATADA deixar de patrocinar quaisquer das causas que forem postas sob seu patrocínio em decorrência deste contrato, fará jus ao recebimento, pela CONTRATANTE, apenas da remuneração correspondente aos atos efetivamente praticados, conforme estabelecido nos tópicos supra, cabendo-lhe buscar, ao final de tais ações, a divisão de eventuais honorários sucumbenciais fixados pelo o juízo da causa, diretamente perante tal órgão jurisdicional.

1.9. Para fins do disposto nos itens anteriores, à respeito da sucumbência, quanto aos processos já em curso repassados ao acompanhamento da CONTRATADA, apenas serão considerados os êxitos posteriores à efetiva atuação da CONTRATADA, mediante peça processual de substância para a solução da lide, de acordo com a fase processual (contestação, Apelação, Recurso Extraordinário e outras da mesma natureza), ou peça que tenha por objeto o esclarecimento de controvérsia quanto ao levantamento de valores, não servindo, para tanto, a mera habilitação no processo (simples petição de juntada de procuração, substabelecimento e atos constitutivos, requerimento para levantamento de valores, entre outros).

1.10. As horas técnicas a serem pagas dirão respeito aos serviços prestados pela CONTRATADA e, sob nenhuma hipótese, serão consideradas em relação ao número de profissionais designados pela CONTRATADA para a realização dos serviços.

1.11. Quando solicitado o deslocamento de advogado integrante da equipe da CONTRATADA para localidades diversas da Região Metropolitana de Salvador, a CONTRATADA fará jus ao reembolso das despesas com transporte e hospedagem, quando for preciso, desde que previamente autorizadas pela CONTRATANTE, mediante devida comprovação.

1.12. Não serão reembolsadas quaisquer despesas com deslocamento, estacionamento e/ou alimentação dos profissionais referentes aos serviços realizados na Região Metropolitana de Salvador.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

1.13. No caso de contratação de terceiros não integrantes do quadro de pessoal da CONTRATADA para a realização de atos mediante correspondência jurídica, o valor das diligências e/ou atos será reembolsado pela CONTRATANTE, mediante comprovação da execução das atividades e do efetivo pagamento pela CONTRATADA, e desde que tanto as diligências e/ou atos como os seus valores sejam previamente aprovados pela CONTRATANTE.

1.14. Não haverá o pagamento de qualquer outra verba referente ao acompanhamento de processo ou sob qualquer outra rubrica, senão as expressamente previstas neste contrato.

1.15. No preço da CONTRATADA estão comportados todos os custos necessários à consecução do objeto, tais como tributos, taxas, contribuições e/ou encargos trabalhistas e previdenciários, inclusive lucro da CONTRATADA, não havendo nenhum valor adicional a cobrar da CONTRATANTE para consecução do objeto pretendido.



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO V

(Q15.1 - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - TRPS)

Tendo sido concluído(s) no dia/...../..... o(s) serviço(s) iniciado(s) no dia/...../..... e objeto do Contrato nº 300000XXXX, assinado em/...../....., entre a **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS** e a _____, relativamente à contratação dos SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, foram os trabalhos considerados em condições de aceitação provisória e de comum acordo, as partes contratantes, pelos seus representantes abaixo assinados, lavram este Termo de Recebimento Provisório.

Salvador, de de

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS
(Nome do Representante da BAHAGÁS)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXX – Sócio Administrador



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO VI

(Q15.2 - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇO - TRDS)

Tendo sido concluído(s) no dia/...../..... o(s) serviço(s) iniciado(s) no dia/...../..... e objeto do Contrato nº 300000XXXX, assinado em/...../..... entre a **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS** e a _____, relativamente à contratação dos SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, foram os trabalhos considerados em condições de aceitação definitiva e, conseqüentemente, lavrado o presente Termo de Recebimento Definitivo de Serviço(s).

Todo(s) o(s) serviço(s) foi(ram) executado(s) pela **CONTRATADA** acima referido dentro das especificações determinadas e foram atendidas as exigências da fiscalização.

De comum acordo, as partes contratantes, pelos seus representantes abaixo assinados, lavram este Termo de Recebimento Definitivo.

Salvador, de de

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS
(Nome do Representante da BAHIA GÁS)

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX – Sócio Administrador



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO VIII (Q16 - MATRIZ DE RISCOS)

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	*CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL PELA PREVENÇÃO	AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEL PELO CONTINGENCIAMENTO
Risco Operacional	Atraso na conclusão dos trabalhos solicitados	Remota	Alto	Moderado	Solicitação de informações e subsídios com prazo suficiente à elaboração das peças processuais	CONTRATADO	Aceleração de ritmo em extensão de trabalhos em horas extras e finais de semana, caso necessário	CONTRATADO
Risco de Projeto	Perda de prazos processuais	Remoto	Alto	Moderado	Envio de relatórios mensais para acompanhamento da demanda	CONTRATADO	Elaboração de novas peças processuais e atuação perante os órgãos julgadores em busca da redução/extinção dos impactos da perda dos prazos	CONTRATADO

* COLORIR A CÉLULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO CONFORME ENQUANDRAMENTO NA MATRIZ ILUSTRADA DE RISCOS ABAIXO

** QUANDO O RESPONSÁVEL PELA PREVENÇÃO DO RISCO FOR A CONTRATADA, ALÉM DA RESPONSABILIDADE INERENTE PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, IMPLICA EM PERDA DE DIREITO A INCREMENTOS FINANCEIROS POR ADITIVOS OU PERDAS FINANCEIRAS PELA OCORRÊNCIA DO RISCO E NECESSÁRIOS AJUSTES NO CONTRATO.

*** TIPOS DE RISCO: RISCOS FINANCEIROS, RISCOS DE MERCADO, RISCOS DE LIQUIDEZ DA CONTRATADA, RISCOS OPERACIONAIS, RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E RISCOS DE PROJETOS, NÃO SENDO OBRIGATÓRIO A IDENTIFICAÇÃO E PREVISÃO DE RISCOS EM TODOS ESTES TÓPICOS.



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

Critérios para avaliação e classificação de impactos de riscos:

Impacto	Definições Adotadas para classificação
Alto	Coloca pessoas em Risco Físico, e/ou Consiste em prática ilícita, e/ou Compromete imediatamente atividades-fim da BAHAGÁS.
Médio	Coloca patrimônio em Risco, e/ou Pode ser interpretada como prática ilícita, e/ou Compromete imediatamente atividades-meio ou certamente a médio/longo prazo atividades-fim da BAHAGÁS.
Baixo	Compromete fluxo de procedimentos; e/ou Retarda processos internos; e/ou Outro risco não enquadrado nas demais classificações.

Critérios para avaliação e classificação de probabilidades de riscos:

Probabilidade	Definições Adotadas
Provável	Quase certo que acontece.
Possível	Se repete a intervalos de tempo ou de atos que despertam o risco.
Remota	Não mantém repetição monitorável ou previsível e sua ocorrência é rara.



EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026

MATRIZ ILUSTRADA DE RISCOS:

Probabilidade Impacto	Provável Valor 3	Possível Valor 2	Remota Valor 1
Alto Valor 3	Risco Extremo Somatório de Valor 6	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Risco Moderado Somatório de Valor 4
Médio Valor 2	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Risco Baixo Somatório de Valor 3
Baixo Valor 1	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Risco Baixo Somatório de Valor 3	Risco Baixíssimo Somatório de Valor 2



**EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº 0008/2026**

ANEXO IX

MODELO DE TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Contrato nº 300000XXXX

Objeto do Contrato: SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Por meio deste instrumento, a _____ nomeia e constitui seu preposto, o Sr. _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº ***.XXX.XX*-**, para exercer a representação legal junto à BAHIA GÁS, com poderes para receber ofícios, representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a contratada nos termos dela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Salvador, de de

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXX – Sócio Administrador